

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS /AM, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N º 995574/2025/MCIDADES/CAIXA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.001.222,03 (três milhões e mil, duzentos e vinte e dois reais e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h:30MIN (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço Global

MODO DE DISPUTA:

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO



Sumário

1.	DO OBJETO	
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8.	DOS RECURSOS	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
(Processo Administrativo nº 001/2026)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO PODER EXECUTIVO – CPL, sediado Rua Getúlio Vargas, 1414, Bairro: Centro - Codajás - Amazonas, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do Decreto Nº 1.742, de 10 de janeiro de 2026, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 17/06/2026

Hora Inicial: 09:30

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS /AM, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N.º 995574/2025/MCIDADES/CAIXA/AM.**

1.2 A licitação será realizada em lote único, por se tratar de objeto indivisível, cuja execução conjunta assegura melhor aproveitamento técnico e econômico, conforme fundamentado no Projeto Básico.

1.3 Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site (www.licitanet.com.br), prevalecerão as do Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de compras Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.1. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9 O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14 A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 ORÇAMENTO ESTIMADO.

3.1 orçamento estimado da presente contratação **não terá caráter sigiloso**, em observância ao disposto no art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a Administração optou pela ampla publicidade dos valores referenciais da contratação.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1. e 8.12.1. deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema e enviará juntamente com os documentos de habilitação, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.


4.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

-
- 4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do item. expresso em Reais (R\$)

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais)

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com

prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.3.1 o cumprimento da Lei Estadual n.º 5.185, de 25 de maio de 2020, que estabelece a exigência de garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres, às empresas que contratarem com o Poder Público Estadual (Decreto n.º 47.133, de 2023, art. 42, VI);

6.21.3.1.2 Percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação, contemplando a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, dependentes economicamente de parceiros; egressos do sistema prisional e pessoas com deficiência, em caso de contratos com quantitativos mínimos de 50 (cinquenta) colaboradores, na forma do artigo 68, do Decreto Estadual;

6.21.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2 empresas brasileiras;

6.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4 O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste

Edital e já apresentados.

6.24.5 É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

7.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 conter vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei

7.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo

Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.11.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.2., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não

alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19 Os documentos exigidos neste Edital e Projeto Básico, quando confeccionados pelos licitantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica.

8.19.1 Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

8.19.2 A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br>).

8.19.3 Atualizado com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

8.19.4 Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DO TERMO DE CONTRATO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10 DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata

dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos

licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de

proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>)

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente

de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Projeto básico

13.11.2 ANEXO II – Planilhas

13.11.3 ANEXO III - Termo de Contrato

13.11.4 ANEXO IV – Ordem de Serviço.

Codajás/AM, xx de xxxxx de 2026

MAURICIO SAMPAIO FARIAS
Agente de Contratação



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. A presente contratação tem por objeto a **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS /AM**, conforme condições, especificações, projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias que integram o presente processo.

1.2. O objeto desta licitação enquadra-se na natureza de obra de engenharia, classificada como obra comum de engenharia, nos termos do §1º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, sendo regida por suas disposições e demais normas aplicáveis.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens encontram-se detalhados nos anexos que compõem o Projeto Básico, incluindo planilhas orçamentárias elaboradas com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, referência setembro/2025.

1.4. O regime de execução adotado será o de Empreitada por Preço Global, conforme art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, compreendendo a execução integral da obra, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à perfeita conclusão do objeto.

1.5. O prazo de execução da obra será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme disposto no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Administração.

1.6. O prazo de vigência contratual será de 300 (trezentos) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, autorização da Administração e com base no disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de implantação de empreendimento habitacional destinado ao atendimento da demanda por moradia no Município de Codajás/AM, considerando o déficit habitacional existente e a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas à habitação de interesse social.

2.2 O Município de Codajás apresenta características socioeconômicas e territoriais típicas da região amazônica, com população distribuída entre área urbana, comunidades ru-

rais e localidades ribeirinhas, verificando-se a existência de famílias vivendo em condições habitacionais precárias, moradias improvisadas, construções com baixa qualidade construtiva, ocupações irregulares e residências desprovidas de infraestrutura adequada.

Observa-se ainda a crescente demanda habitacional decorrente da formação de novos núcleos familiares, crescimento populacional e insuficiência de empreendimentos habitacionais voltados às famílias de baixa renda, ocasionando dificuldade de acesso à moradia regular e ampliando a vulnerabilidade social.

2.3 A inexistência de conjuntos habitacionais estruturados voltados ao atendimento da população vulnerável torna necessária a implementação de solução permanente capaz de reduzir o déficit habitacional e promover desenvolvimento urbano ordenado.

Nesse contexto, a implantação da **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM** constitui medida estratégica para ampliação do acesso à moradia digna, alinhando-se às diretrizes das políticas habitacionais federais e aos instrumentos de planejamento municipal.

A execução do empreendimento proporcionará benefícios sociais, urbanos e econômicos relevantes, dentre os quais destacam-se:

Benefícios sociais

- redução do déficit habitacional municipal;
- atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade;
- melhoria das condições de habitabilidade;
- fortalecimento da dignidade humana;
- inclusão social;
- melhoria das condições sanitárias e de saúde pública.

Benefícios urbanos

- ordenamento da expansão urbana;
- redução de ocupações irregulares;
- implantação de infraestrutura urbana planejada;
- ampliação do acesso aos serviços públicos;
- valorização territorial e desenvolvimento urbano.

Benefícios econômicos

- geração de empregos diretos e indiretos;
- fortalecimento do comércio local;
- movimentação da cadeia produtiva da construção civil;
- ampliação da arrecadação e desenvolvimento econômico local.

2.4 Além da construção das unidades habitacionais, o empreendimento deverá contemplar infraestrutura urbana associada, garantindo funcionalidade e qualidade ao conjunto habitacional, incluindo sistemas de abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação, acessibilidade e urbanização.

2.5 A contratação também se justifica pela necessidade de viabilizar a captação e aplicação de recursos provenientes dos programas habitacionais federais, especialmente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, permitindo ao Município de Codajás ampliar sua capacidade de atendimento às demandas sociais e fortalecer suas políticas públicas de habitação.

2.6 Assim, considerando os aspectos técnicos, sociais, econômicos e urbanísticos envolvidos, conclui-se que a contratação mostra-se necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, constituindo medida essencial para promoção do desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população do Município de Codajás/AM.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO EXECUTANTE 3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de obra comum de engenharia, a ser contratada mediante licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da legalidade.

3.2. A contratação seguirá integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, garantindo a ampla competitividade, a transparência dos atos administrativos e a contratação da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

3.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário e complementares, bem como com o memorial descritivo e as especificações técnicas que integram este processo licitatório, garantindo a perfeita harmonia entre os sistemas construtivos.

3.4. A execução da obra deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, acessibilidade, desempenho de edificações, instalações elétricas e hidrossanitárias, segurança do trabalho e conforto térmico/acústico.

3.5. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte e mão de obra qualificada necessários à completa execução do objeto, devendo garantir a qualidade e a durabilidade da construção.

3.6. Os materiais empregados deverão atender aos padrões de qualidade exigidos, devendo possuir certificação de conformidade do INMETRO, quando aplicável, e atender às especificações do Anexo II – Relação de Materiais.

3.7. A execução dos serviços deverá respeitar o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Administração, garantindo a compatibilidade entre as etapas construtivas e o prazo total de execução estabelecido neste Projeto Básico.

3.8. Qualquer alteração de projeto ou método construtivo somente poderá ocorrer mediante autorização expressa da Fiscalização da Obra, com a devida justificativa técnica e formalização nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme levantamentos e estudos técnicos preliminares, a presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. A empresa contratada deverá ser pessoa jurídica legalmente constituída e atuante no ramo de engenharia civil, devidamente registrada no CREA, com responsável técnico habilitado e comprovada experiência em execução de obras públicas de porte similar, atendendo integralmente às exigências previstas no instrumento convocatório e seus anexos.

4.1.2. A contratação abrangerá a execução integral dos serviços de construção civil e complementares, de forma contínua e coordenada, observando as etapas e prazos definidos no Cronograma Físico-Financeiro e as diretrizes técnicas do Projeto Básico.

4.1.3. O prazo de execução dos serviços será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada.

4.1.4. As empresas licitantes deverão possuir pleno conhecimento das condições locais e das características do terreno, bem como das exigências técnicas e operacionais necessárias à execução da obra. Para tanto, será obrigatória a apresentação de declaração formal de vistoria ou de ciência das condições de execução como requisito para a habilitação e posterior contratação.

4.2. O adjudicatário deverá apresentar declaração expressa de ciência e concordância com todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico e em seus anexos, constituindo requisito indispensável para a assinatura do contrato.

4.3. A obra será executada no Município de Codajás-AM, em área destinada à implantação do **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM**, devendo a empresa contratada considerar, no

planejamento de custos, todas as despesas logísticas necessárias, incluindo transporte, alimentação, deslocamento e, quando aplicável, hospedagem de trabalhadores e do responsável técnico.

4.4. A contratada deverá manter no canteiro de obras placa informativa da obra, contendo as informações exigidas pelos órgãos de controle e pela Administração Pública, além de zelar pela limpeza, segurança e organização do local de trabalho, conforme as normas da NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção).

5. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração das propostas, os licitantes poderão realizar vistoria técnica no local destinado à construção do **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM**, acompanhados por servidor designado pela Administração. As vistorias poderão ser realizadas de segunda a quinta-feira, das 08h30 às 14h00, mediante agendamento prévio por telefone ou e-mail informados no edital.

5.2. O prazo para a realização das vistorias terá início no primeiro dia útil após a publicação do Edital e se estenderá até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública.

5.3. O representante do licitante deverá estar devidamente identificado no momento da vistoria, apresentando documento de identidade civil e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da visita técnica.

5.4. Durante a vistoria, poderão ser fornecidos aos licitantes, mediante solicitação, arquivos digitais contendo informações complementares sobre o objeto, tais como plantas, memoriais e imagens de referência, em pen drive, CD-ROM ou outro meio compatível, com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta técnica e financeira.

5.5. A não realização da vistoria técnica não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para alegações de desconhecimento das condições do local, dúvidas ou omissões quanto às características da área de implantação da obra, cabendo à empresa contratada assumir integralmente os riscos e custos decorrentes.

5.6. O licitante deverá apresentar declaração formal de ciência das condições locais e de que obteve todas as informações necessárias para a execução dos serviços objeto da licitação, conforme modelo constante do edital.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental e eficiência energética previstos nas especificações técnicas e no projeto básico, em conformidade com o art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

6.2. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser adotadas soluções construtivas que minimizem impactos ambientais, como:

- Utilização de materiais recicláveis, certificados ou de origem controlada;
- Redução de desperdício de insumos e destinação adequada de resíduos sólidos;
- Eficiência energética em sistemas de iluminação e ventilação;
- Adoção de cobertura termoacústica e dispositivos de sombreamento que contribuam para o conforto térmico e a economia de energia.

7. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer e disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades suficientes e de primeira qualidade, atendendo às especificações do Projeto Básico e às normas da ABNT.

7.2. Todos os materiais deverão possuir certificação de conformidade emitida por órgão competente (INMETRO, ISO ou equivalente), sendo vedada a utilização de produtos de procedência duvidosa ou sem comprovação de qualidade.

7.3. Os materiais e componentes deverão ser preferencialmente de baixo impacto ambiental, duráveis e de fácil manutenção, garantindo a longevidade e sustentabilidade da edificação pública.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada para a **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM**, no município de Codajás-AM.

8.2. Exercício de acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços por servidor ou comissão especialmente designada para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, com a indicação de data, mês, ano e, se necessário, o nome dos empregados envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a Contratada por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução dos serviços, fixando prazo para a correção e certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas para a realização da obra.

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da execução dos serviços, conforme estipulado no cronograma físico-financeiro.

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor das faturas de serviços da Contratada, conforme estabelecido no Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, incluindo:

- **8.6.1.** Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se exclusivamente aos prepostos ou responsáveis indicados, exceto nos casos em que o objeto da contratação exija atendimento direto.
- **8.6.2.** Direcionar a contratação de pessoal para trabalhar na empresa Contratada.
- **8.6.3.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, utilizando-os em atividades diferentes das previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foram contratados.
- **8.6.4.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do órgão responsável pela contratação, especialmente no que diz respeito à concessão de diárias e passagens.

8.7. Fornecer à Contratada, por escrito, todas as informações, documentos e orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato, garantindo a execução adequada da **PROVISÃO HABITACIONAL – PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM**.

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, após o recebimento, para assegurar que as condições exigidas estão sendo atendidas.

8.9. Comunicar ao órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela Contratada.

8.10. Exigir da Contratada a entrega da seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:

- **8.10.1.** "As built", elaborado pelo responsável pela execução da obra.
- **8.10.2.** Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás.
- **8.10.3.** Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço realizado.
- **8.10.4.** Carta "habite-se", emitida pela prefeitura.
- **8.10.5.** Certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis, se necessário.

8.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios de inspeções técnicas e notificações expedidas, relacionados à construção.

8.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, especialmente quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá executar o contrato conforme as especificações descritas neste Projeto Básico e em sua proposta, alocando os empregados necessários para o cumprimento das cláusulas contratuais. Também deverá fornecer e utilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, respeitando as quantidades e qualidades mínimas especificadas.

9.2. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, qualquer serviço ou obra que apresente vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato.

9.3. A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto do contrato, conforme os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). A Contratante poderá descontar da garantia prestada, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.3.1.1. A responsabilidade inclui reparação de danos causados ao Município ou à entidade municipal, devendo a Contratada ressarcir integralmente a Administração.

9.4. A Contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para a execução do objeto, em conformidade com as normas vigentes.

9.5. A Contratada fica vedada de utilizar empregados que sejam familiares de agentes públicos ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, conforme o artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

9.6. Caso não seja possível verificar a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, esta deverá entregar, até o dia 30 do mês seguinte à prestação de serviços, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade quanto à Seguridade Social.
- Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal.
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme a IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.7. A Contratada será responsável pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias.

9.8. A Contratada deverá comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. A Contratada deverá assegurar aos seus trabalhadores condições adequadas de trabalho, incluindo equipamentos e instalações que cumpram as normas de saúde, segurança e bem-estar.

9.10. A Contratada deverá prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relacionados à execução do contrato.

9.11. A Contratada deverá paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens.

9.12. A Contratada deverá promover a guarda, manutenção e vigilância dos materiais, ferramentas e tudo o necessário à execução dos serviços durante a vigência do contrato.

9.13. A Contratada deverá organizar técnica e administrativamente os serviços, garantindo sua execução eficaz e eficiente, de acordo com o Projeto Básico e no prazo determinado.

9.14. A Contratada deverá conduzir os trabalhos conforme a legislação pertinente, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo deverão ser submetidas previamente à Contratante para análise e aprovação.

9.16. A Contratada não poderá permitir o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz para maiores de 14 anos, nem o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

9.17. A Contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato.

9.18. A Contratada deverá cumprir as normas sobre a reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, conforme estabelecido pela Lei nº 13.146/2015, e as regras de acessibilidade.

- 9.19. A Contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas durante a execução do contrato.
- 9.20. A Contratada deverá arcar com os custos decorrentes de equívocos no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, complementando-os caso necessário.
- 9.21. A Contratada deverá cumprir as normas de segurança e os postulados legais federais, estaduais e municipais.
- 9.22. A Contratada deverá fornecer os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade e qualidade adequadas, em conformidade com as boas práticas técnicas e a legislação.
- 9.23. A Contratada deverá garantir à Contratante os direitos de propriedade intelectual sobre os produtos desenvolvidos, permitindo sua utilização e distribuição sem limitações.
- 9.24. A Contratada deverá assegurar os direitos autorais sobre a solução, o projeto, suas especificações técnicas e outros produtos gerados durante a execução do contrato.
- 9.25. A Contratada deverá realizar a transição contratual, garantindo a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações. A Contratante poderá exigir capacitação de seus técnicos ou da nova empresa responsável pela execução, se necessário.
- 9.26. A Contratada deverá manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante e apresentar a relação nominal dos mesmos quando solicitado.
- 9.27. A Contratada deverá instruir seus empregados sobre as Normas Internas da Contratante e sobre as atividades a serem desempenhadas.
- 9.28. A Contratada deverá manter um preposto aceito pela Contratante, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 9.29. A Contratada deverá adotar providências para evitar danos às redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação durante a execução dos serviços.
- 9.30. A Contratada deverá providenciar as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) no CREA ou CAU-BR, conforme as especialidades pertinentes.
- 9.31. A Contratada deverá obter as licenças e autorizações exigíveis para a execução do contrato, conforme a legislação aplicável.
- 9.32. A Contratada deverá elaborar e manter o Diário de Obra, registrando o andamento do empreendimento, como número de funcionários, condições de trabalho, serviços executados e outros fatos relevantes.
- 9.33. A Contratada deverá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados de forma inadequada ou com materiais defeituosos ou com vícios de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.34. A Contratada deverá utilizar apenas matéria-prima florestal de origem legal, conforme estabelecido pela legislação ambiental.

9.35. A Contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados durante a execução contratual.

9.36. A Contratada deverá observar as diretrizes de gerenciamento de resíduos da construção civil conforme as normas do CONAMA e as determinações da legislação ambiental aplicável.

9.37. Em hipótese alguma, a Contratada poderá dispor de resíduos da obra em locais não licenciados, como aterros de resíduos sólidos urbanos, encostas ou áreas protegidas por lei.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização do contrato, ao identificar subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar a autoridade competente para que seja realizada a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, observando-se os limites para alteração dos valores contratuais, conforme disposto no artigo 121, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A conformidade do material, técnica e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a documentação fornecida pela Contratada, que deve conter a relação detalhada desses itens, conforme as especificações do Projeto Básico, incluindo as quantidades e as especificações técnicas, como marca, qualidade e forma de uso.

10.3. O representante da Contratante deverá registrar todas as ocorrências verificadas, tomando as providências necessárias para garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, especialmente no que se refere às obrigações trabalhistas e sociais, implicará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Projeto Básico, podendo resultar em rescisão contratual conforme as disposições do artigo 157 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. A gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser conduzidas por servidores, equipe de fiscalização ou por único servidor, desde que se assegure a distinção dessas atividades e que o volume de trabalho não prejudique o desempenho das ações de Gestão do Contrato, conforme o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto do contrato, com a finalidade de garantir sua conformidade e qualidade.

10.7. Durante a execução, o fiscal técnico deverá monitorar de forma contínua a qualidade dos serviços prestados, intervindo sempre que necessário para exigir que a Contratada corrija as faltas, falhas e irregularidades detectadas.

10.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, uma avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.9. Em hipótese alguma, será permitido que a própria contratada realize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.10. A Contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço com nível inferior de conformidade, as quais poderão ser aceitas pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, que seja resultado exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada, conforme o artigo 157 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11. No caso de descumprimento contínuo dos padrões de qualidade exigidos ou quando o desempenho ultrapassar os limites toleráveis estabelecidos nos indicadores, além da aplicação de fatores redutores, as sanções previstas no ato convocatório deverão ser aplicadas à Contratada, conforme o artigo 157 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços de forma diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para verificar a conformidade e aferir a qualidade da prestação dos serviços, conforme o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. No caso de obras, a fiscalização deverá:

10.13.1. Solicitar, mensalmente e por amostragem, que a Contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados alocados na execução da obra, com ênfase nos seguintes pontos: 14.13.1.1. Pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; 14.13.1.2. Concessão de férias remuneradas e o respectivo pagamento adicional; 14.13.1.3. Concessão de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; 14.13.1.4. Depósitos do FGTS; 14.13.1.5. Pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.13.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da Contratada que apresentem extratos dos seus pagamentos de contribuições previdenciárias e do FGTS, a fim de verificar se as contribuições estão sendo corretamente recolhidas em seus nomes. Todos os empregados deverão ter seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, podendo, ainda, ser realizada mais de uma análise em relação ao mesmo empregado, conforme a necessidade.

10.13.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e no recolhimento do FGTS.

10.14. A fiscalização prevista nesta cláusula não exime nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. Em caso de irregularidades, a Contratante não será corresponsável por tais falhas, conforme artigo 70 da Lei nº 8.666/1993 e o artigo 157 da Lei nº 14.133/2021.

11. DO PAGAMENTO

11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

11.1. As medições dos serviços executados serão realizadas **com base no Cronograma Físico-Financeiro e nas planilhas orçamentárias** que integram o presente contrato, mediante **verificação in loco pela Fiscalização da Obra**.

11.2. A aferição dos serviços será feita **por etapa concluída**, com base nas **quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização**, observando os critérios e percentuais definidos nos documentos técnicos anexos.

11.3. O pagamento à Contratada ficará condicionado à **aprovação das medições mensais** pela Fiscalização e pela Administração, somente sendo efetuado após a comprovação de que os serviços executados atendem plenamente às **especificações do projeto, memorial descritivo e normas técnicas aplicáveis**.

11.4. Será indicada **retenção ou glosa no pagamento**, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.4.1. não produziu os resultados acordados;

11.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou as executou com **qualidade inferior à exigida**;

11.4.3. deixou de utilizar os **materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos** para a execução da obra, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior às especificações estabelecidas;

11.4.4. descumpriu **prazos intermediários de execução**, sem justificativa técnica aceita pela Fiscalização;

11.4.5. executou serviços **fora do padrão técnico estabelecido**, comprometendo o desempenho, a durabilidade ou a segurança da edificação.

11.5. As **glosas e retenções financeiras** deverão ser formalmente registradas em relatório próprio, indicando o item orçamentário afetado, o motivo da glosa e o valor correspondente, assegurando o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

12. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura referente a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deverá ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, conforme as seguintes diretrizes:

12.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme o Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada deverá apresentar a medição preliminar dos serviços executados no período, acompanhada de planilha e memória de cálculo detalhada.

12.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para essa etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

12.1.3. A Contratada também deverá apresentar, em cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos utilizados na execução contratual, quando pertinente.

12.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação mencionada, conforme as seguintes orientações:

12.2.1. A Contratante realizará uma inspeção detalhada de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos habilitados, acompanhados dos responsáveis pela execução dos serviços, com o objetivo de verificar a adequação dos serviços e identificar qualquer necessidade de correções, ajustes ou revisões finais.

12.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato avaliará o resultado da execução do objeto, podendo, se necessário, realizar ajustes nos valores a serem pagos à Contratada, com base no desempenho e na qualidade dos serviços executados, sendo registrada uma avaliação detalhada a ser encaminhada ao gestor do contrato.

12.2.1.2. A Contratada deverá corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, qualquer parte do objeto em que se verifiquem defeitos ou falhas provenientes da execução ou dos materiais empregados. O fiscal técnico não atestará a última medição de serviços até que todas as pendências, se houver, sejam resolvidas.

12.2.1.3. O recebimento provisório também estará sujeito, quando aplicável, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.2.1.4. A aprovação da medição preliminar não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e não implica aceitação definitiva dos serviços executados.

12.2.2. Dentro de um prazo de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento dos documentos apresentados pela Contratada, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar o Relatório Circunstanciado, em conformidade com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.2.2.1. Quando a fiscalização for realizada por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá incluir o registro, análise e conclusão sobre as ocorrências na execução do contrato, tanto em termos técnicos quanto administrativos, além de outros documentos relevantes, para que sejam enviados ao gestor do contrato para providências relacionadas ao recebimento definitivo.

12.2.2.2. O recebimento provisório será considerado concluído com a entrega do relatório circunstanciado ou, caso haja mais de um relatório, com a entrega do último.

12.2.2.3. Se a verificação não ocorrer dentro do prazo estabelecido, o recebimento provisório será considerado realizado após o término do prazo.

12.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, seguindo as seguintes diretrizes:

12.3.1. O Gestor do Contrato realizará uma análise detalhada dos relatórios e da documentação apresentada pela fiscalização e, caso identifique irregularidades que impeçam a liquidação e pagamento da despesa, solicitará à Contratada, por escrito, as correções necessárias.

12.3.2. Emitirá o Termo Circunstanciado para formalizar o recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentos apresentados.

12.3.3. Comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato apurado pela fiscalização.

12.4. Para os contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto total, sendo realizado da seguinte forma:

12.4.1. Provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização, por meio de Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada.

12.4.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, após o prazo de observação ou vistoria que ateste a conformidade do objeto com os termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

12.4.3. O prazo para o recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias, salvo se outro prazo for estabelecido no edital.

12.4.4. Na hipótese de não ser realizada a verificação dentro do prazo fixado, o recebimento definitivo será considerado realizado após o esgotamento do prazo.

12.4.5. O prazo de recebimento definitivo não poderá exceder 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados e previstos no edital.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não isenta a Contratada de sua responsabilidade por eventuais danos ou defeitos decorrentes da execução inadequada do contrato, sendo aplicáveis as garantias e responsabilidades previstas em contrato e na legislação vigente.

12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando não atendem às especificações deste Projeto Básico e da proposta, devendo a Contratada corrigi-los, refazê-los ou substituí-los, às suas custas, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.7. Conforme o art. 74 da Lei nº 8.666/93, poderá ser dispensado o recebimento provisório para serviços cujo valor não ultrapasse o limite previsto no art. 23, inciso II, alínea “a” da referida Lei, desde que não envolvam equipamentos ou instalações que requeiram verificação de funcionamento ou produtividade.

12.8. O Fiscal deverá se abster de realizar o recebimento provisório de obras com pendências não resolvidas pela Contratada, já que o recebimento provisório não legitima a entrega de uma obra inconclusa, mas tem como objetivo garantir à Administração a cobertura contra vícios ocultos que possam surgir após o recebimento provisório, conforme o Acórdão nº 853/2013 – Plenário.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto neste Projeto Básico.

13.2. Havendo glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que esta emita nova Nota Fiscal ou Fatura com o valor devidamente ajustado.

13.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com o artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, e o artigo 147 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.1. Para despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, o pagamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o artigo 5º, §3º, da referida Lei.

13.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação dos documentos previstos no artigo 29 da Lei nº 8.666/1993 e nos artigos 163 e 164 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.1. Constatada irregularidade da Contratada, deverão ser adotadas as providências previstas no artigo 31 da Instrução Normativa nº 3/2018.

13.5. O setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura contém todos os elementos essenciais, tais como:

- a) prazo de validade;**
- b) data de emissão;**
- c) dados do contrato e do órgão contratante;**
- d) período de execução dos serviços;**
- e) valor a ser pago;**
- f) eventuais retenções tributárias cabíveis.**

13.6. Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará suspenso até a devida correção. O prazo para pagamento será contado a partir da regularização, sem ônus adicional para a Contratante.

13.7. Considera-se como data de pagamento o dia em que for emitida a ordem bancária correspondente.

13.8. Antes de cada pagamento, será realizada consulta aos sistemas oficiais para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, conforme o artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

13.9. Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.10. Antes da emissão da nota de empenho e de cada pagamento, a Administração deverá consultar os sistemas oficiais para verificar eventuais sanções impeditivas, como suspensão de participação em licitações ou proibição de contratar com o Poder Público, conforme o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e pela arrecadação de tributos, informando inclusive sobre eventual pagamento pendente, a fim de garantir o cumprimento das obrigações tributárias e trabalhistas.

13.12. Não sendo regularizada a situação, a Contratante adotará as medidas cabíveis para rescisão contratual, assegurando à Contratada o direito à ampla defesa, conforme o artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.

13.13. Enquanto houver a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente, até que seja formalizada a decisão de rescisão, caso persista a irregularidade fiscal ou trabalhista.

13.13.1. O contrato em execução será rescindido caso a Contratada permaneça inadimplente em suas obrigações fiscais ou trabalhistas, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado pela autoridade máxima da Contratante, conforme o artigo 79, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

13.14. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, conforme item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando aplicável.

13.15. A natureza do contrato e o objeto da contratação determinarão as retenções tributárias cabíveis, considerando, ainda, a possibilidade de enquadramento da empresa no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

13.16. No caso de contratos de obras, a não apresentação da documentação comprobatória das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme a IN SEGES/MP nº 6/2018, implicará retenção proporcional do pagamento até a regularização da situação.

13.16.1. Persistindo o inadimplemento por mais de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços.

13.16.2. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, com aplicação das penalidades cabíveis, nos casos de não pagamento de salários, verbas trabalhistas, contribuições sociais, previdenciárias ou depósitos do FGTS relativos aos empregados vinculados à execução contratual.

14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

14.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI do mês dezembro de 2024.

14.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência mencionada, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

15.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,

conforme disposto nos incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993 e artigos 77 e 78 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; 19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; 19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; 19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando caber.

15.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os

16.0 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Exigências de habilitação

16.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.2 A contratada deverá estar devidamente habilitada e em dias, quanto à regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica

Habilitação jurídica

16.3 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.9 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#)

16.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17 Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

17.9 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

17.10 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

17.11 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

17.12 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

17.13 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

17.14 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

17.15 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica.

17.16 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos exigidos:

17.16.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

17.16.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, registrados no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

17.16.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:

Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Em Betoneira 400L. Af_10/2022	M2	819,48
Armação De Sapata Isolada, Viga Baldrame E Sapata Corrida Utilizando Aço Ca-50 De 8 Mm - Montagem. Af_01/2024	KG	482,40
Armação De Pilar Ou Viga De Estrutura Convencional De Concreto Armado Utilizando Aço Ca-60 De 5,0 Mm - Montagem. Af_06/2022	KG	422,40
Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Furados Na Horizontal De 9X19X39 Cm (Espessura 9 Cm) E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira. Af_12/2021	m2	519,00
Pintura Imunizante Para Madeira, 1 Demão. Af_01/2021	m2	622,80
Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Mecânico, Aplicada Manualmente Em Paredes Internas De Ambientes Com Área Entre 5M² E 10M², E = 10Mm, Com Taliscas. Af_03/2024	M2	480,31
Pintura Látex Acrílica Econômica, Aplicação Manual Em Paredes, Duas Demãos. Af_04/2023	M2	675,66
Compactação Mecânica De Solo Para Execução De Radier, Piso De Concreto Ou Laje Sobre Solo, Com Compactador De Solos Tipo Placa Vibratória. Af_09/2021	M2	323,22

17.16.2.2. Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Anotações/Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, conforme disposto no artigo 67 da Lei 14.133/2021.

17.16.2.3. O atestado de capacidade técnica deverá conter a descrição das características técnicas das obras ou serviços executados, atestando a execução parcial ou total do objeto do contrato, conforme exigido pelo artigo 63 da Lei 14.133/2021.

17.16.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços

17.16.3.1 Considera-se como parcela de maior relevância para fins de aferição da capacidade técnico-profissional a realização dos seguintes serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, conforme abaixo indicado(s):

Para o Engenheiro Civil: serviços de

Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Em Betoneira 400L. Af_10/2022	M2	819,48
Armação De Sapata Isolada, Viga Baldrame E Sapata Corrida Utilizando Aço Ca-50 De 8 Mm - Montagem. Af_01/2024	KG	482,40
Armação De Pilar Ou Viga De Estrutura Convencional De Concreto Armado Utilizando Aço Ca-60 De 5,0 Mm - Montagem. Af_06/2022	KG	422,40
Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Furados Na Horizontal De 9X19X39 Cm (Espessura 9 Cm) E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira. Af_12/2021	m2	519,00
Pintura Imunizante Para Madeira, 1 Demão. Af_01/2021	m2	622,80
Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Mecânico, Aplicada Manualmente Em Paredes Internas De Ambientes Com Área Entre 5M² E 10M², E = 10Mm, Com Taliscas. Af_03/2024	M2	480,31
Pintura Látex Acrílica Econômica, Aplicação Manual Em Paredes, Duas Demãos. Af_04/2023	M2	675,66
Compactação Mecânica De Solo Para Execução De Radier, Piso De Concreto Ou Laje Sobre Solo, Com Compactador De Solos Tipo Placa Vibratória. Af_09/2021	M2	323,22

17.16.3.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, conforme artigo 65 da Lei 14.133/2021.

17.16.4. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Projeto Básico, conforme artigo 23, §1º da Lei 14.133/2021.

17.17. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.17.1. Valor Global: R\$ 3.001.222,03 (três milhões e mil, duzentos e vinte e dois reais e três centavos).

17.17.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

17.17.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital, conforme o artigo 42 da Lei 14.133/2021.

17.18. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, nos termos do artigo 33 da Lei 14.133/2021.

17.19. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, em consonância com o artigo 60 da Lei 14.133/2021.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão, no exercício de **2026**, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Codajás;

Unidade Orçamentária: 0201001 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;

Programa: 16.481.0091.1011 – Construção de Unidade Habitacionais na Zona Urbana;

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações.

19.2. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta das **dotações próprias**, consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, observadas as autorizações legais e a disponibilidade orçamentária.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 A fiscalização da execução dos serviços será realizada pela Prefeitura Municipal de Codajás-AM, por meio de seus órgãos competentes, garantindo o cumprimento das exigências estabelecidas neste Projeto Básico. A equipe responsável terá plena autonomia para solicitar correções, ajustes e esclarecimentos sempre que necessário, a fim de assegurar a qualidade e conformidade da obra ou serviço prestado.

20.2 O descumprimento de qualquer cláusula deste Projeto Básico poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas no contrato, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e até rescisão contratual, conforme a gravidade da infração. Além disso, a contratada poderá ser responsabilizada civil, administrativa e, se for o caso, criminalmente pelos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações assumidas.

20.3 Qualquer situação não prevista neste Projeto Básico será analisada pela Prefeitura Municipal de Codajás-AM, que adotará as medidas cabíveis com base na legislação vigente e nos princípios da legalidade, moralidade e interesse público

Codajás-AM, 22 de maio de 2026

ZAQUEU GOMES

CREA: 34761AM

ENGENHEIRO CIVIL

PORTARIA DE CONTRATO: Nº 004/2024

MEMORIAL DESCRITIVO

PROVISÃO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/ AM

CODAJÁS/AM

2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS / AM

CNPJ: 04.263.331/0001-75

ENDEREÇO: RUA 15 DE NOVENBRO S/N – CENTRO, CODAJÁS /AM

CEP: 69450-000

REPRESENTANTE LEGAL

NOME: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 615.280.132-04

RG: 0702128-3 SSP /AM

ENDEREÇO: RUA 15 DE NOVENBRO S/N – CENTRO, CODAJÁS /AM

CEP: 69450-000

RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME: DENIS BOTELHO DA SILVA

CPF: 087.878.176-59

RG: 1146404-2

CREA: 18473/D-AM

ENDEREÇO: AV. DOM PEDRO, 4.

FONE: (92) 98114-9176

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO GENERALIDADES:

Este memorial descritivo tem por objetivo descrever de forma sucinta os materiais e a forma que será realizada a obra de edificações residenciais do programa FNHIS Sub 50, com área total de 53,86 m² por unidade. Não dispensa o atendimento à norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (ABNT NBR 15.575), às Normas Técnicas da ABNT de processos e produtos, bem como à legislação municipal e estadual incidente. Este documento foi elaborado com base na Portaria MCID nº 1416, de 6 de novembro de 2023

2. DESCRIÇÃO DA ÁREA

Codajás é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas, na Região Norte do país. Integra a Mesorregião do Centro Amazonense e a Microrregião de Coari, situando-se às margens do rio Solimões. O município apresenta relevância regional em razão de sua inserção em uma área de significativa importância ambiental e sociocultural, caracterizada pela presença de comunidades tradicionais ribeirinhas e extensas áreas de floresta amazônica preservada. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Codajás possuía aproximadamente 26.000 habitantes em 2022.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Este projeto tem como público-alvo a população do município de Codajás/AM, de ambos os sexos e de todas as idades, estimada em aproximadamente 26.000 habitantes. O objetivo consiste na construção de 20 unidades habitacionais no município. Atualmente, a demanda habitacional em Codajás é significativa, impactando diretamente a qualidade de vida das famílias locais. Diante desse cenário, torna-se necessária a execução das unidades habitacionais conforme apresentado no projeto.

3.1 ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

A Contratada deverá prover-se de pessoal adequado e capacitado a todos os níveis de trabalho, e manter na obra durante o horário de trabalho, pessoal habilitado a tomar decisões e prestar informações que forem solicitadas, referentes aos serviços em execução. A administração será exercida por um engenheiro júnior que ficará responsável pela perfeita execução da obra.

3.2 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

3.2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

O lote onde será edificada a unidade habitacional deverá ser limpo e nivelado antes do início dos serviços de locação, atendendo os níveis de piso determinados em projeto. A seguir a obra será locada conforme determinado nas plantas.

3.2.2 FUNDAÇÕES:

A fundação a ser executada será superficial do tipo sapatas isoladas. Será executada uma viga de baldrame com concreto de resistência característica de 20 MPa, aço do tipo CA 50 e dimensões de 12 x 30 cm, a qual será impermeabilizada com hidro asfalto em todas as faces.

3.2.3 SUPERESTRUTURA

A superestrutura será de concreto armado, sendo os pilares de dimensões 14 x 26 cm e as vigas do nível 2,65 com dimensões 12 x 25 cm. Todo concreto da superestrutura será de 20 Mpa. Deverão ser previstos pilaretes de amarração da alvenaria destinada aos oitões da casa. A laje do teto do banheiro será rebaixada conforme cota do projeto e será do tipo vigotas pré-moldadas h = 12cm, com pé direito mínimo de 2,40 m nesta área.

3.2.4 ALVENARIA

As paredes da edificação serão de alvenaria de bloco cerâmico ou de concreto não estrutural, dimensões 9 x 19 x 19 cm, posicionados com argamassa de assentamento com preparo em betoneira. Antes de serem utilizados, os tijolos serão umedecidos, evitando que estes absorvam a água da argamassa de assentamento. As fiadas serão alinhadas e aprumadas, podendo as juntas apresentarem espessura máxima de 1,5 cm. Nos vãos das portas e janelas serão executadas vergas transpassando a alvenaria em no mínimo 30 cm para cada lado. As contra vergas serão executadas em todas as janelas.

3.2.6 FORRO

O forro da edificação será em PVC.

3.2.7 COBERTURA

A cobertura será com estrutura de madeira tratada com pintura imunizante composta por ripas, caibros, terças e tesouras com 2 águas e telha cerâmica capa-canal com inclinação de 30%. Deverá ser realizada a amarração de 3 fiadas de telhas dos beirais de 60 cm.

3.2.8 REVESTIMENTO

As paredes internas e externas da edificação receberão revestimento de chapisco, emboço e reboco. As paredes dos banheiros receberão revestimento cerâmico do piso ao forro na área do box de chuveiro. As demais paredes do banheiro, assim como a da cozinha e ESTADO DO AMAZONAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM lavanderia receberão revestimento cerâmico com 1,5m de altura. Nas áreas com revestimento cerâmico, será executada argamassa traço 1:2:8, com preparo mecânico, aplicado manualmente. As paredes externas, sobre chapisco, serão feitas com massa única em argamassa com traço 1:2:8.

3.2.9 ESQUADRIAS

As portas externas de acesso (sala e cozinha) serão metálicas. As portas internas da edificação serão de madeira. Todas as portas deverão respeitar as dimensões do projeto, com vão livre entre batentes de 0,80 x 2,10 m. As janelas deverão ser metálicas, de preferência com veneziana nos dormitórios. Os vidros utilizados nas janelas serão transparentes e lisos, com espessura de no mínimo 4 mm. Todas as portas deverão conter maçanetas de alavanca entre 0,90 m e 1,10 m.

3.2.10 PINTURA

As paredes internas e externas serão previamente lixadas, após será aplicado selador acrílico, em seguida pintadas com tinta acrílica. Serão aplicadas tantas demãos de tinta quantas forem necessárias para um perfeito cobrimento e acabamento adequado.

3.2.11 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Para atender a demanda de consumo de água fria conforme cálculo, será instalado um reservatório de polietileno com capacidade de 500L para cada unidade. As tubulações de esgoto seguirão o sistema proposto pelo projeto de instalações hidrossanitárias. Haverá um conjunto de tratamento de esgoto para cada unidade (previsto somente em projeto). No ponto do chuveiro, deverá ser instalado pressurizador, conforme especificação de projeto, para garantir a pressão mínima de 1,20mca.

3.2.12 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

As instalações elétricas obedecerão às normas da ABNT e da concessionária de energia local. Os quadros de distribuição internos possuirão circuitos separados, sendo estes divididos entre iluminação, tomadas, tomadas especiais e chuveiro.

4.0 LIMPEZA DA OBRA

Após a conclusão dos serviços, a obra será limpa, os entulhos totalmente removidos, em perfeitas condições. Serão aqui considerados como limpeza os serviços de lavar e retirar os detritos que ficarem aderidos provenientes da construção das unidades habitacionais, contemplando ainda a retirada de entulhos etc. para receber o Habite-se. Os resíduos provenientes dos serviços executados deverão atender a todas as exigências da resolução nº 307, do CONAMA, de 05 de julho de 2002 e suas alterações; será procedida, cuidadosa verificação por parte da FISCALIZAÇÃO, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações: elétricas, água, drenagem, esgoto, ferragens etc.

5.0 MOBILIZAÇÃO

Na obra a ser executada no município de Codajás/AM, haverá mobilização, a qual está devidamente prevista e incluída no orçamento do empreendimento, conforme planilha orçamentária apresentada.

Denis Botelho da Silva

Engenheiro Civil

CREA Nº 18473-D/AM



Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
00	038866/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM / PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA
Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,00%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,59%
Lucro	L	6,16%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	22,47%

Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
OK	3,00%	4,00%	5,50%
OK	0,80%	0,80%	1,00%
OK	0,97%	1,27%	1,27%
OK	0,59%	1,23%	1,39%
OK	6,16%	7,40%	8,96%
OK	3,65%	3,65%	3,65%
OK	0,00%	2,50%	5,00%
OK	0,00%	0,00%	0,00%
OK	20,34%	22,12%	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

CODAJÁS/AM	sexta-feira, 19 de dezembro de 2025
Local	Data

Responsável Técnico
Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA
CREA/CAU: 8473-D/AM
ART/RRT: AM20250557553



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM	Nº TransfereGov 038866/2025	Nº OPERAÇÃO 00
---	--------------------------------	-------------------

PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Nº OPERAÇÃO 00	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
--	-------------------	--

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM				
1.	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		-	
1.1.	ADMINISTRAÇÃO		-	
1.1.0.1.	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	UN	1,00	966 H ENGENHEIRO
1.2.	CANTEIRO		-	
1.2.0.1.	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	M2	6,48	PLACA DE OBRA
1.2.0.2.	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	ESCRITÓRIO
1.2.0.3.	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	REFEITÓRIO
1.2.0.4.	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	SANITÁRIO E VESTIÁRIO
1.2.0.5.	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES. DATA BASE 11/2018	M2	975,00	area construída 48,75 m2 x 20 und
1.3.	FUNDAÇÕES		-	
1.3.1.	SAPATAS		-	
1.3.1.1.	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE CORDAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	174,80	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.2.	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M2	93,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.3.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	93,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.4.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	291,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.5.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.014,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.6.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	534,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.7.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	256,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.8.	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	28,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.1.9.	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	141,80	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.	BALDRAME		-	
1.3.2.1.	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	109,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.2.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE CORDAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	136,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.3.	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	571,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.4.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.608,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.5.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	154,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.6.	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	780,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.7.	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	38,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.2.8.	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	64,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.3.	IMPERMEABILIZAÇÃO		-	
1.3.3.1.	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOIS. AF_09/2023	M2	632,38	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.3.3.2.	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZAÇÃO	M2	92,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.	SUPRAESTRUTURA		-	
1.4.0.1.	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	287,80	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.2.	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, SEM ESCORAMENTO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES	M2	410,80	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.3.	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	82,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.4.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.408,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.5.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	300,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.6.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.306,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.7.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.712,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.8.	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	115,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.9.	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 12 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_08/2025	M2	115,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS
1.4.0.10.	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 20 MPA, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3	25,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS

Nº	Agrupador de Eventos	FRENTES DE OBRA:								8			
		1	2	3	4	5	6	7					
	TOTAL FINANC. POR FRETE (R\$):	479.423,97	417.079,79	417.422,17	418.565,95	442.686,92	454.233,84	371.809,39					
1.1.	ADMINISTRAÇÃO	0,05	0,05	0,05	0,06	0,22	0,30	0,27					
2.	CANTEIRO	6,48											
2.	CANTEIRO	1,00											
2.	CANTEIRO	1,00											
2.	CANTEIRO	1,00											
2.	CANTEIRO	975,00											
3.	FUNDAÇÕES	26,22	26,22	26,22	26,22	26,22	26,22	17,48					
3.	FUNDAÇÕES	14,04	14,04	14,04	14,04	14,04	14,04	9,36					
3.	FUNDAÇÕES	14,04	14,04	14,04	14,04	14,04	14,04	9,36					
3.	FUNDAÇÕES	43,68	43,68	43,68	43,68	43,68	43,68	29,12					
3.	FUNDAÇÕES	152,10	152,10	152,10	152,10	152,10	152,10	101,40					
3.	FUNDAÇÕES	80,10	80,10	80,10	80,10	80,10	80,10	53,40					
3.	FUNDAÇÕES	38,40	38,40	38,40	38,40	38,40	38,40	25,60					
3.	FUNDAÇÕES	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	4,23	2,82					
3.	FUNDAÇÕES	21,27	21,27	21,27	21,27	21,27	21,27	14,18					
3.	FUNDAÇÕES	16,38	16,38	16,38	16,38	16,38	16,38	10,92					
3.	FUNDAÇÕES	20,55	20,49	20,49	20,49	20,49	20,49	13,60					
3.	FUNDAÇÕES	85,74	85,74	85,74	85,74	85,74	85,74	57,16					
3.	FUNDAÇÕES	241,20	241,20	241,20	241,20	241,20	241,20	160,80					
3.	FUNDAÇÕES	23,10	23,10	23,10	23,10	23,10	23,10	15,40					
3.	FUNDAÇÕES	117,00	117,00	117,00	117,00	117,00	117,00	78,00					
3.	FUNDAÇÕES	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	3,82					
3.	FUNDAÇÕES	9,63	9,63	9,63	9,63	9,63	9,63	6,42					
3.	FUNDAÇÕES	90,34	90,34	90,34	90,34	90,34	90,34	90,34					
3.	FUNDAÇÕES	13,20	13,20	13,20	13,20	13,20	13,20	13,20					
4.	SUPRAESTRUTURA	43,17	43,17	43,17	43,17	43,17	43,17	28,78					
4.	SUPRAESTRUTURA	61,62	61,62	61,62	61,62	61,62	61,62	41,08					
4.	SUPRAESTRUTURA	12,39	12,39	12,39	12,39	12,39	12,39	8,26					
4.	SUPRAESTRUTURA	211,20	211,20	211,20	211,20	211,20	211,20	140,80					
4.	SUPRAESTRUTURA	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	30,00					
4.	SUPRAESTRUTURA	195,90	195,90	195,90	195,90	195,90	195,90	130,60					
4.	SUPRAESTRUTURA	256,80	256,80	256,80	256,80	256,80	256,80	171,20					
4.	SUPRAESTRUTURA	17,31	17,31	17,31	17,31	17,31	17,31	11,54					
4.	SUPRAESTRUTURA	17,31	17,31	17,31	17,31	17,31	17,31	11,54					
4.	SUPRAESTRUTURA	3,84	3,84	3,84	3,84	3,84	3,84	2,56					



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO					Nº TransfereGov	Nº OPERAÇÃO	PROPOSNTE / TOMADOR	Nº OPERAÇÃO	PROPOSNTE / TOMADOR
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					038866/2025	00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	FRENTE DE OBRA:				
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					1	2	3	4	5
1.4.0.11.	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,6:2,9 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_ 05/2021	M3	35,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	479.423,97	417.079,79	417.422,17	418.565,95	442.686,92
1.5.	PAREDES E PAINÉIS		-		5,34	5,34	5,34	5,34	5,34
1.5.1.	ALVENARIA/FECHAMENTOS		-						
1.5.1.1.	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X9 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_ 12/2021	M2	1.730,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	259,50	259,50	259,50	259,50	259,50
1.5.1.2.	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESURA DE "10" CM. AF_ 03/2024	M	324,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60
1.5.1.3.	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA. ESPESURA DE "10" CM. AF_ 03/2024	M	184,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	27,60	27,60	27,60	27,60	27,60
1.5.2.	ESQUADRIAS METÁLICAS		-						
1.5.2.1.	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRI, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2019	M2	67,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10,08	10,08	10,08	10,08	10,08
1.5.2.2.	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2024	M2	52,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	7,80	7,80	7,80	7,80	7,80
1.5.2.3.	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 3 FOLHAS (2 VENEZIANAS E 1 FOLHA PARA VIDRO,VIDRO INCLUSO), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, SEM ACABAMENTO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2024	M2	56,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	8,40	8,40	8,40	8,40	8,40
1.5.2.4.	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIMAR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2024	M2	9,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	1,44	1,44	1,44	1,44	1,44
1.5.2.5.	CONTRAMARCO DE ALUMÍNIO, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2024	M	432,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	64,80	64,80	64,80	64,80	64,80
1.5.2.6.	GUARNIÇÃO DE ALUMÍNIO. AF_ 11/2024	M	864,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	129,60	129,60	129,60	129,60	129,60
1.5.3.	ESQUADRIAS DE MADEIRAS		-						
1.5.3.1.	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2019	UN	60,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	8,58	8,57	8,57	8,57	8,57
1.6.	COBERTURA E PROTEÇÕES		-						
1.6.0.1.	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_ 07/2019	M2	1.469,79	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	209,97	209,97	209,97	209,97	209,97
1.6.0.2.	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PAULISTA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_ 07/2019	M2	1.469,79	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	209,97	209,97	209,97	209,97	209,97
1.6.0.3.	AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO. AF_ 07/2019	UN	10.520,02	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	1.502,86	1.502,86	1.502,86	1.502,86	1.502,86
1.6.0.4.	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_ 07/2019	M	213,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	30,43	30,43	30,43	30,43	30,43
1.6.0.5.	PINTURA MUNIZANTE PARA MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_ 01/2021	M2	2.075,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	296,57	296,57	296,57	296,57	296,57
1.6.0.6.	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO ICAMENTO. AF_ 07/2019	UN	80,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43
1.7.	REVESTIMENTO		-						
1.7.1.	REVESTIMENTO INTERNO		-						
1.7.1.1.	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_ 10/2022	M2	2.731,61	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	390,23	390,23	390,23	390,23	390,23
1.7.1.2.	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRILICA, ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_ 10/2022	M2	88,83	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69
1.7.1.3.	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS, PARA AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_ 03/2024	M2	479,43	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	68,49	68,49	68,49	68,49	68,49
1.7.1.4.	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_ 03/2024	M2	1.601,04	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	228,72	228,72	228,72	228,72	228,72
1.7.1.5.	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_ 03/2024	M2	651,21	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	93,03	93,03	93,03	93,03	93,03
1.7.1.6.	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, E = 10MM, COM TALISCAS. AF_ 03/2024	M2	88,83	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69
1.7.2.	REVESTIMENTOS CERÂMICOS		-						
1.7.2.1.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_ 02/2023 PE	M2	392,98	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	56,14	56,14	56,14	56,14	56,14
1.7.2.2.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_ 02/2023 PE	M2	86,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12,36	12,34	12,34	12,34	12,34
1.7.3.	REVESTIMENTO EXTERNO		-						
1.7.3.1.	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_ 10/2022	M2	607,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	91,05	91,05	91,05	91,05	91,05



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM	Nº TransfereGOV 038866/2025	Nº OPERAÇÃO 00
---	--------------------------------	-------------------

PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Nº OPERAÇÃO 00	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
--	-------------------	--

					FRENTE DE OBRA:								
						1	2	3	4	5	6	7	8
						Casa 01 a 03	Casa 04 a 06	Casa 07 a 09	Casa 10 a 12	Casa 13 a 15	Casa 16 a 18	Casa 19 a 20	
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	Nº	Agrupador de Eventos							
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):	479.423,97	417.079,79	417.422,17	418.565,95	442.686,92	454.233,84	371.809,39	
1.7.3.2.	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF. 10/2022	M2	609,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	7. RS	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	
1.7.3.3.	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESURA DE 25 MM. AF. 08/2022	M2	609,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	7. RS	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	87,00	
1.7.3.4.	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESURA DE 25 MM. AF. 08/2022	M2	607,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	7. RS	91,05	91,05	91,05	91,05	91,05	91,05	60,70	
1.8.	FORROS		-										
1.8.0.1.	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF. 08/2023 PS	M2	718,06	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	8. FC	102,58	102,58	102,58	102,58	102,58	102,58	102,58	
1.9.	PINTURAS		-										
1.9.1.	PINTURAS INTERNAS		-										
1.9.1.1.	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF. 03/2024	M2	2.252,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	321,76	321,74	321,74	321,74	321,74	321,74	321,74	
1.9.1.2.	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF. 04/2023	M2	88,83	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	
1.9.1.3.	PINTURA LÁTEX ACRILICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	88,83	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	12,69	
1.9.1.4.	PINTURA LÁTEX ACRILICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	2.252,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	321,76	321,74	321,74	321,74	321,74	321,74	321,74	
1.9.2.	PINTURAS EXTERNAS		-										
1.9.2.1.	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF. 03/2024	M2	1.216,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	182,40	182,40	182,40	182,40	182,40	182,40	121,60	
1.9.2.2.	PINTURA LÁTEX ACRILICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	1.216,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	182,40	182,40	182,40	182,40	182,40	182,40	121,60	
1.9.3.	PINTURA ESQUADRIAS		-										
1.9.3.1.	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF. 01/2021	M2	299,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	42,76	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	
1.9.3.2.	PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUÍDICO BRANCO EM MADEIRA. AF. 01/2021	M2	299,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	42,76	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	
1.9.3.3.	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	299,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9. PI	42,76	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	42,74	
1.10.	PAVIMENTAÇÕES		-										
1.10.1.	CERÂMICO		-										
1.10.1.1.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF. 02/2023 PE	M2	336,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	
1.10.1.2.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF. 02/2023 PE	M2	381,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	54,57	54,57	54,57	54,57	54,57	54,57	54,57	
1.10.1.3.	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF. 02/2023 PE	M2	231,21	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	33,03	33,03	33,03	33,03	33,03	33,03	33,03	
1.10.1.4.	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF. 09/2021	M2	1.077,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	107,74	
1.10.1.5.	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE "10 CM". AF. 01/2024	M3	107,80	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	16,17	16,17	16,17	16,17	16,17	16,17	10,78	
1.10.1.6.	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF. 09/2021	M2	1.077,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	107,74	
1.10.1.7.	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESURA DE 5 CM. AF. 01/2024	M2	1.077,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	161,61	107,74	
1.10.1.8.	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESURA 3CM. AF. 07/2021	M2	302,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	45,39	45,39	45,39	45,39	45,39	45,39	30,26	
1.10.1.9.	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESURA 3CM. AF. 07/2021	M2	336,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	50,40	50,40	50,40	50,40	50,40	50,40	33,60	
1.11.	CARPETE		-										
1.11.1.	CIMENTADOS		-										
1.11.1.1.	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF. 09/2021	M2	322,98	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	46,14	46,14	46,14	46,14	46,14	46,14	46,14	
1.11.1.2.	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF. 08/2022	M3	22,61	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	3,23	3,23	3,23	3,23	3,23	3,23	3,23	
1.11.2.	RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS		-										
1.11.2.1.	SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 15 CM, ESPESURA 2,0 CM. AF. 09/2020	M	50,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	7,20	7,20	7,20	7,20	7,20	7,20	7,20	
1.11.2.2.	RODAPE CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35CM. AF. 02/2023	M	745,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	106,43	106,43	106,43	106,43	106,43	106,43	106,43	
1.11.2.3.	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF. 11/2020	M	129,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	10. F	18,57	18,57	18,57	18,57	18,57	18,57	18,57	
1.12.	INSTALAÇÕES		-										
1.12.0.1.	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11. II	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00	
1.12.0.2.	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11. II	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	
1.12.0.3.	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11. II	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	
1.12.0.4.	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 07/2025	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11. II	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					Nº TransfereGOV 038866/2025	Nº OPERAÇÃO 00	PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Nº OPERAÇÃO 00	PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM											
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:															
					FRENTE DE OBRA:								</							



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM	Nº TransfereGov 038866/2025	Nº OPERAÇÃO 00
---	--------------------------------	-------------------

PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Nº OPERAÇÃO 00	PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
---	-------------------	---

					Nº	FRENTE DE OBRA:										Nº	Agrupador de Eventos		
						TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$):													
						1	2	3	4	5	6	7	8						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo		Casa 01 a 03	Casa 04 a 06	Casa 07 a 09	Casa 10 a 12	Casa 13 a 15	Casa 16 a 18	Casa 19 a 20							
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM						479.423,97	417.079,79	417.422,17	418.565,95	442.686,92	454.233,84	371.809,39							
1.15.2.3.	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2021	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00							
1.15.2.4.	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	80,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	8,00							
1.15.3.	ENTRADA / ALIMENTAÇÃO		-																
1.15.3.1.	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM PVC 25 MM (3/4"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_ 03/2024	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.3.2.	CAIXA DE EMBUTIR EM POLICARBONATO PARA ABRIGO DE HIDRÔMETRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_ 03/2024	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.3.3.	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2021	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.3.4.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	135,03	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	19,29	19,29	19,29	19,29	19,29	19,29							
1.15.3.5.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	60,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	6,00							
1.15.3.6.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00							
1.15.3.7.	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.	CAIXA D'ÁGUA E BARRILETE		-																
1.15.4.1.	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2021	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.2.	FIURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 25 MM. AF_ 06/2021	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.3.	FIURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 32 MM. AF_ 06/2021	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00							
1.15.4.4.	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 04/2024	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.5.	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 04/2024	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00							
1.15.4.6.	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 08/2021	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.7.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	160,02	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	22,86	22,86	22,86	22,86	22,86	22,86							
1.15.4.8.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	80,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43							
1.15.4.9.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.10.	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	5,68	5,72	5,72	5,72	5,72	5,72							
1.15.4.11.	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	59,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	8,57	8,57	8,57	8,57	8,57	8,57							
1.15.4.12.	TE DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00							
1.15.4.13.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	87,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	12,57	12,57	12,57	12,57	12,57	12,57							
1.15.4.14.	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	210,98	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	12. H	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	30,14	30,14	30,14	30,14	30,14	30,14							
1.16.	SANITÁRIAS / PLUVIAL		-																
1.16.1.	TUBULAÇÕES E CONEXÕES		-																
1.16.1.1.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	60,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	8,58	8,57	8,57	8,57	8,57	8,57							
1.16.1.2.	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	5,68	5,72	5,72	5,72	5,72	5,72							
1.16.1.3.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	40,04	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	5,72	5,72	5,72	5,72	5,72	5,72							
1.16.1.4.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	180,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	25,68	25,72	25,72	25,72	25,72	25,72							
1.16.1.5.	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	2,84	2,86	2,86	2,86	2,86	2,86							
1.16.1.6.	TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	2,84	2,86	2,86	2,86	2,86	2,86							
1.16.1.7.	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	2,84	2,86	2,86	2,86	2,86	2,86							
1.16.1.8.	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	13. S	SANITÁRIAS / PLUVIAL	2,84	2,86	2,86	2,86	2,86	2,86							



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUA
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					Nº TransfereGOV 038866/2025	Nº OPERAÇÃO 00	PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Nº OPERAÇÃO 00	PROPOSNTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Memória de Cálculo	FRENTE DE OBRA:				
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM					1	2	3	4	5
1.16.1.9.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	66,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	479.423,97	417.079,79	417.422,17	418.565,95	442.686,92
1.16.1.10.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	204,19	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57
1.16.1.11.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 08/2022	M	80,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	29,17	29,17	29,17	29,17	29,17
1.16.1.12.	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	M	675,99	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43
1.16.1.13.	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, ALTURA INTERNA = 2,00 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 15,1 M² (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_ 12/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS e conforme projeto	96,57	96,57	96,57	96,57	96,57
1.16.1.14.	FOSSEA SEPTICA CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_ 12/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS e conforme projeto	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
1.16.2.	ACESSÓRIOS/CAIXAS		-		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
1.16.2.1.	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_ 12/2020	UN	100,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	15,00	15,00	15,00	15,00	10,00
1.16.2.2.	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 500 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.16.2.3.	RALO SIFONADO REDONDO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.16.2.4.	RALO SECO CÔNICO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 08/2022	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.16.2.5.	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,2X0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_ 12/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.	APARELHOS, METAIS E BANCADAS		-		3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.1.	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.2.	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.3.	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA E TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.4.	TANQUE DE MÁRMORE SINTÉTICO SUSPENSO, 22L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.5.	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.6.	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.17.0.7.	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 01/2020	UN	3,00	3 UNIDADE PARA MELHOR ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEF./IDOSA	1,00	1,00	1,00	1,00	
1.18.	LIMPEZA FINAL		-		3,00	3,00	3,00	3,00	2,00
1.18.0.1.	LIMPEZA DE BACIA SANITÁRIA, BIDÊ OU MICTÓRIO EM LOUÇA, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_ 04/2019	UN	20,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	2,16	2,16	2,16	2,16	1,44
1.18.0.2.	LIMPEZA DE BANCADA DE PEDRA (MÁRMORE OU GRANITO). AF_ 04/2019	M2	14,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	48,45	48,45	48,45	48,45	32,30
1.18.0.3.	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF_ 04/2019	M2	323,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	107,70	107,70	107,70	107,70	71,80
1.18.0.4.	LIMPEZA DE FORRO REMOVÍVEL COM PANO ÚMIDO. AF_ 04/2019	M2	718,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	11,43	11,43	11,43	11,43	11,43
1.18.0.5.	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO/ALUMÍNIO/PVC. AF_ 04/2019	M2	80,01	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	135,60	135,60	135,60	135,60	135,60
1.18.0.6.	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DE TERGENTE NEUTRO E ESCOVACÃO MANUAL. AF_ 04/2019	M2	949,20	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	30,24	30,24	30,24	30,24	20,16
1.18.0.7.	LIMPEZA DE PORTA DE MADEIRA. AF_ 04/2019	M2	201,60	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	71,91	71,91	71,91	71,91	47,94
1.18.0.8.	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE UTILIZANDO DE TERGENTE NEUTRO E ESCOVACÃO MANUAL. AF_ 04/2019	M2	479,40	MULTIPLICADO POR 20 CASAS	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00
1.18.0.9.	LIMPEZA DE TANQUE OU LAVATÓRIO DE LOUÇA ISOLADO, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_ 04/2019	UN	40,00	MULTIPLICADO POR 20 CASAS					
1.19.	TRANSPORTE FLUVIAL		-		2,00				
1.19.0.1.	Conjunto Empurrador: 250 HP Balsa: 300 a 600 Toneladas tripulação conforme normas marítimasCombustível Óleo Lubrificante Rastreamento via satélite Telefone satélite	D	2,00	TRANSPORTE DE EQUIP. MATERIAL E INSUMOS PARA O EMPREENDIMENTO					

CODAJÁS/AM
Local

sexta-feira, 19 de dezembro de 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA
CREA/CAU: 8473-D/AM
ART/RRT: AM20250557553

Responsável Técnico
Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA
CREA/CAU: 8473-D/AM
ART/RRT: AM20250557553



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TGOV	PROPONENTE TOMADOR	APELIDO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
00	038866/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODA	PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
				02/26	03/26	04/26	05/26	06/26	07/26	08/26	09/26	10/26	11/26	12/26	01/27
1.	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITAC	3.001.222,03	% Período:	8,48%	18,40%	13,38%	15,16%	17,21%	25,74%	1,62%					
1.1.	ADMINISTRAÇÃO	148.616,19	% Período:	5,00%	5,00%	5,00%	6,00%	22,00%	30,00%	27,00%					
1.2.	CANTEIRO	40.801,35	% Período:	100,00%											
1.3.	FUNDAÇÕES	379.299,40	% Período:	29,90%	70,10%										
1.4.	SUPRAESTRUTURA	239.046,41	% Período:	30,00%	70,00%										
1.5.	PAREDES E PAINÉIS	374.573,50	% Período:		29,76%	70,24%									
1.6.	COBERTURA E PROTEÇÕES	459.079,53	% Período:			28,57%	71,43%								
1.7.	REVESTIMENTO	272.714,80	% Período:				43,30%	56,70%							
1.8.	FORROS	54.515,09	% Período:					42,86%	57,14%						
1.9.	PINTURAS	81.467,07	% Período:					43,43%	56,57%						
1.10.	PAVIMENTAÇÕES	221.053,27	% Período:					29,46%	70,54%						
1.11.	CARPETE	75.429,69	% Período:					28,57%	71,43%						
1.12.	INSTALAÇÕES	63.705,80	% Período:					30,00%	70,00%						
1.13.	ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTI	52.271,20	% Período:					30,00%	70,00%						
1.14.	FIOS E CABOS	118.388,34	% Período:					28,57%	71,43%						
1.15.	HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO	68.416,07	% Período:					29,71%	70,29%						
1.16.	SANITÁRIAS / PLUVIAL	264.482,41	% Período:					29,72%	70,28%						
1.17.	APARELHOS, METAIS E BANCADAS	52.338,34	% Período:					30,07%	69,93%						
1.18.	LIMPEZA FINAL	13.836,25	% Período:					3,58%	33,95%	62,47%					
1.19.	TRANSPORTE FLUVIAL	21.187,32	% Período:	100,00%											
Total: R\$ 3.001.222,03			%:	8,48%	18,40%	13,38%	15,16%	17,21%	25,74%	1,62%					
Período:	Repass:	254.537,11	552.142,01	401.686,87	454.915,19	516.529,91	772.641,16	48.769,78							
	Contrapartida:	-	-	-	-	-	-	-							
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-							
	Investimento:	254.537,11	552.142,01	401.686,87	454.915,19	516.529,91	772.641,16	48.769,78							
Acumulado:	%:	8,48%	26,88%	40,26%	55,42%	72,63%	98,38%	100,00%							
	Repass:	254.537,11	806.679,12	1.208.365,99	1.663.281,18	2.179.811,09	2.952.452,25	3.001.222,03							
	Contrapartida:	-	-	-	-	-	-	-							
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-							
	Investimento:	254.537,11	806.679,12	1.208.365,99	1.663.281,18	2.179.811,09	2.952.452,25	3.001.222,03							
Administração Local:		5,00%	10,00%	15,00%	21,00%	43,00%	73,00%	100,00%							

CODAJÁS/AM

Local

sexta-feira, 19 de dezembro de 2025

Data

Responsável Técnico

Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA

CREA/CAU: 8473-D/AM

ART/RRT: AM20250557553

Grau de Sigilo
#PUBLICO

PROPOSANTE / TOMADOR

Nº OPERAÇÃO

N° TransfereGOV

APELIDO EMPREENDIMENTO

1. Selecione o Título do Evento da Administração Local:

FIL → FILTRO

F

5

F

F

F

Responsável Técnico

Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA

CREA/CAU: 8473-D/AM

ART/RRT: AM20250557553

A. DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA

Dados do Contrato (Inicial)	
Fonte de recursos:	OGU
Proponente/Tomador:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM
Município/UF:	CODAJÁS/AM
Nº da Operação (0000000-00):	00
Nº do TransfereGOV (000000):	038866/2025
Valor do Repasse Contratado (R\$):	3.080.000,00
Valor de Contrapartida Contratada (R\$):	0,00
% mínimo de Contrapartida:	0,00%
R\$ mínimo de Contrapartida (se houver):	
% máximo de Contrapartida:	

Dados do Empreendimento e Orçamento	
Nome/apelido:	PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM
Descrição do Objeto do Lote / CTEF:	PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM
Regime previdenciário previsto para a obra:	NÃO DESONERADO
Data base do Orçamento:	09-2025

Responsável pelo Orçamento	
Nome:	DENIS BOTELHO DA SILVA
CREA/CAU:	8473-D/AM
ART/RRT:	AM20250557553
Data do preenchimento:	19/12/2025

Responsável pelo Tomador (Prefeito, no caso de Municípios)	
Nome:	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
Cargo:	PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM

Arredondamento das frentes:	TransfereGOV
-----------------------------	--------------

B. RESULTADO DO PROCESSO LICITATORIO

Licitação	
Data de emissão dos documentos de licitação:	
Nº do CTEF (contrato com empresa):	
Nome da empresa:	
CNPJ da empresa:	
Regime de execução do CTEF:	(SELECIONAR)
Data base do CTEF:	

C. ACOMPANHAMENTO DO EMPREENDIMENTO

Dados da obra	
Data do Início da Obra:	
Data de fechamento do RRE:	

Responsável pela Fiscalização	
Nome:	
Profissão:	
CREA/CAU (para obras/projetos):	
ART/RRT (para obras/projetos):	



QCI - Quadro de Composição do Investimento

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TransfereGOV	PROPONENTE / TOMADOR	MUNICÍPIO / UF	VALORES CONTRATADOS (R\$):		
00	038866/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	CODAJÁS/AM	RECURSO	REPASSE	CONTRAPARTIDA
APELIDO DO EMPREENDIMENTO				OGU	3.080.000,00	0,00
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM						3.080.000,00

Saldo a Reprogramar	Repasse (R\$)	Contrapartida (R\$)
	78.777,97	-

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Unidades habitacionais	Construção	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	Em Análise	20,00	un	LOTE 1	3.001.222,03	-	-	3.001.222,03
TOTAL								3.001.222,03 (100,00%)	- (0,00%)	- (0,00%)	3.001.222,03 (100,00%)

Observações:

CODAJÁS/AM
Local
sexta-feira, 19 de dezembro de 2025
Data

Representante Tomador
Nome: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.			CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS					-	3.001.222,03	
1.1.			ADMINISTRAÇÃO					-	148.616,19	
1.1.0.1.	Composição	CCU-ADM.	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	UN	1,00	121.349,06	BDI 1	148.616,19	148.616,19	RA
1.2.			CANTEIRO					-	40.801,35	
1.2.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	6,48	466,45	BDI 1	571,26	3.701,76	RA
1.2.0.2.	Composição	COMP01	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	7.145,43	BDI 1	8.751,01	8.751,01	RA
1.2.0.3.	Composição	COMP02	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	5.601,59	BDI 1	6.860,27	6.860,27	RA
1.2.0.4.	Composição	COMP03	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA	UN	1,00	9.306,00	BDI 1	11.397,06	11.397,06	RA
1.2.0.5.	Composição	74077/003	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES. DATA BASE 11/2018	M2	975,00	8,45	BDI 1	10,35	10.091,25	RA
1.3.			FUNDAÇÕES					-	379.299,40	
1.3.1.			SAPATAS					-	168.169,26	
1.3.1.1.	SINAPI	96521	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	174,80	47,98	BDI 1	58,76	10.271,26	RA
1.3.1.2.	SINAPI	101616	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M2	93,60	7,63	BDI 1	9,34	874,20	RA
1.3.1.3.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	93,60	53,18	BDI 1	65,13	6.096,20	RA
1.3.1.4.	SINAPI	96541	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	291,20	202,31	BDI 1	247,77	72.150,60	RA
1.3.1.5.	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.014,00	14,67	BDI 1	17,97	18.221,60	RA
1.3.1.6.	SINAPI	104917	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	534,00	17,83	BDI 1	21,84	11.662,54	RA
1.3.1.7.	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	256,00	19,30	BDI 1	23,64	6.051,86	RA
1.3.1.8.	Composição	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3	28,20	1.074,83	BDI 1	1.316,34	37.120,80	RA
1.3.1.9.	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	141,80	32,94	BDI 1	40,34	5.720,20	RA
1.3.2.			BALDRAME					-	183.828,95	
1.3.2.1.	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	109,20	124,39	BDI 1	152,34	16.635,53	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.3.2.2.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	136,60	53,18	BDI 1	65,13	8.896,74	RA
1.3.2.3.	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	571,60	73,12	BDI 1	89,55	51.186,80	RA
1.3.2.4.	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.608,00	16,47	BDI 1	20,17	32.433,34	RA
1.3.2.5.	SINAPI	104917	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	154,00	17,83	BDI 1	21,84	3.363,34	RA
1.3.2.6.	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	780,00	19,30	BDI 1	23,64	18.439,20	RA
1.3.2.7.	Composição	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M3	38,20	1.074,83	BDI 1	1.316,34	50.284,20	RA
1.3.2.8.	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	64,20	32,94	BDI 1	40,34	2.589,80	RA
1.3.3.			IMPERMEABILIZAÇÃO					-	27.301,19	
1.3.3.1.	SINAPI	98555	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	632,38	34,07	BDI 1	41,73	26.389,23	RA
1.3.3.2.	Cotação	4030-COT	VEU DE POLIESTER PARA IMPERMEABILIZACAO	M2	92,40	8,06	BDI 1	9,87	911,96	RA
1.4.			SUPRAESTRUTURA					-	239.046,41	
1.4.0.1.	SINAPI	92419	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	287,80	103,86	BDI 1	127,20	36.608,14	RA
1.4.0.2.	Composição	92463	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, SEM ESCORAMENTO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES.	M2	410,80	50,57	BDI 1	61,93	25.440,86	RA
1.4.0.3.	SINAPI	92479	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	82,60	71,88	BDI 1	88,03	7.271,27	RA
1.4.0.4.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.408,00	16,21	BDI 1	19,85	27.948,80	RA
1.4.0.5.	SINAPI	92760	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	300,00	15,21	BDI 1	18,63	5.589,00	RA
1.4.0.6.	Composição	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.306,00	14,23	BDI 1	17,43	22.763,60	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.4.0.7.	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1.712,00	12,68	BDI 1	15,53	26.587,34	RA
1.4.0.8.	SINAPI	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	115,40	10,66	BDI 1	13,06	1.507,13	RA
1.4.0.9.	SINAPI	101963	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 12 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_08/2025	M2	115,40	228,49	BDI 1	279,83	32.292,40	RA
1.4.0.10.	Composição	103669_ADP-01	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 20 MPA, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	M3	25,60	803,19	BDI 1	983,67	25.181,94	RA
1.4.0.11.	SINAPI	102481	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,6:2,9 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	35,60	638,91	BDI 1	782,47	27.855,93	RA
1.5.			PAREDES E PAINÉIS					-	374.573,50	
1.5.1.			ALVENARIA/FECHAMENTOS					-	129.732,86	
1.5.1.1.	SINAPI	103364	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	1.730,00	54,35	BDI 1	66,56	115.148,80	RA
1.5.1.2.	SINAPI	105022	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	324,00	23,56	BDI 1	28,85	9.347,40	RA
1.5.1.3.	SINAPI	105028	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	184,00	23,24	BDI 1	28,46	5.236,66	RA
1.5.2.			ESQUADRIAS METÁLICAS					-	182.085,47	
1.5.2.1.	SINAPI	91338	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRI, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	67,20	896,36	BDI 1	1.097,77	73.770,13	RA
1.5.2.2.	SINAPI	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M2	52,00	346,97	BDI 1	424,93	22.096,34	RA
1.5.2.3.	SINAPI	94572	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 3 FOLHAS (2 VENEZIANAS E 1 FOLHA PARA VIDRO, VIDRO INCLUSO), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, SEM ACABAMENTO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M2	56,00	496,69	BDI 1	608,30	34.064,80	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM			
Localidade SINAPI MANAUS	Data Base 09-25 (N DES.)	Descrição do Lote PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM	Município / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.5.2.4.	SINAPI	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M2	9,60	658,35	BDI 1	806,28	7.740,27	RA
1.5.2.5.	SINAPI	94589	CONTRAMARCO DE ALUMÍNIO, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M	432,00	22,45	BDI 1	27,49	11.875,67	RA
1.5.2.6.	SINAPI	105812	GUARNIÇÃO DE ALUMÍNIO. AF_11/2024	M	864,00	30,75	BDI 1	37,66	32.538,26	RA
1.5.3.			ESQUADRIAS DE MADEIRAS					-	62.755,17	
1.5.3.1.	SINAPI	91314	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	60,00	854,02	BDI 1	1.045,92	62.755,17	RA
1.6.			COBERTURA E PROTEÇÕES					-	459.079,53	
1.6.0.1.	SINAPI	92541	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	1.469,79	70,83	BDI 1	86,75	127.504,30	RA
1.6.0.2.	SINAPI	94447	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PAULISTA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	1.469,79	64,90	BDI 1	79,48	116.818,94	RA
1.6.0.3.	SINAPI	94232	AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO. AF_07/2019	UN	10.520,02	3,40	BDI 1	4,16	43.763,30	RA
1.6.0.4.	SINAPI	94221	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	213,01	32,86	BDI 1	40,24	8.571,50	RA
1.6.0.5.	SINAPI	102233	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M2	2.075,99	12,01	BDI 1	14,71	30.537,78	RA
1.6.0.6.	SINAPI	92548	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	80,01	1.345,91	BDI 1	1.648,34	131.883,71	RA
1.7.			REVESTIMENTO					-	272.714,80	
1.7.1.			REVESTIMENTO INTERNO					-	128.596,16	
1.7.1.1.	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	2.731,61	5,31	BDI 1	6,50	17.755,50	RA
1.7.1.2.	SINAPI	87882	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	88,83	6,46	BDI 1	7,91	702,66	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
Localidade SINAPI MANAUS	Data Base 09-25 (N DES.)	Descrição do Lote PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	Município / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.7.1.3.	SINAPI	87545	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS, PARA AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	479,43	35,49	BDI 1	43,46	20.836,06	RA
1.7.1.4.	SINAPI	87547	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	1.601,04	31,91	BDI 1	39,08	62.568,66	RA
1.7.1.5.	SINAPI	104958	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	651,21	28,22	BDI 1	34,56	22.505,84	RA
1.7.1.6.	SINAPI	90408	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	88,83	38,86	BDI 1	47,59	4.227,44	RA
1.7.2.			REVESTIMENTOS CERÂMICOS					-	45.085,74	
1.7.2.1.	SINAPI	87267	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	392,98	77,99	BDI 1	95,51	37.533,51	RA
1.7.2.2.	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	86,40	71,37	BDI 1	87,41	7.552,23	RA
1.7.3.			REVESTIMENTO EXTERNO					-	99.032,90	
1.7.3.1.	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	607,00	9,50	BDI 1	11,63	7.059,40	RA
1.7.3.2.	SINAPI	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	609,00	8,15	BDI 1	9,98	6.077,82	RA
1.7.3.3.	SINAPI	87792	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	609,00	49,20	BDI 1	60,26	36.698,34	RA
1.7.3.4.	SINAPI	87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	607,00	66,18	BDI 1	81,05	49.197,34	RA
1.8.			FORROS					-	54.515,09	

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.8.0.1.	SINAPI	96111	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2	718,06	61,99	BDI 1	75,92	54.515,09	RA
1.9.			PINTURAS					-	81.467,07	
1.9.1.			PINTURAS INTERNAS					-	42.011,63	
1.9.1.1.	SINAPI	88411	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_03/2024	M2	2.252,20	4,42	BDI 1	5,41	12.184,38	RA
1.9.1.2.	SINAPI	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA	M2	88,83	5,27	BDI 1	6,45	572,95	RA
1.9.1.3.	SINAPI	104639	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	88,83	12,82	BDI 1	15,70	1.394,61	RA
1.9.1.4.	SINAPI	104641	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	2.252,20	10,10	BDI 1	12,37	27.859,69	RA
1.9.2.			PINTURAS EXTERNAS					-	21.790,73	
1.9.2.1.	SINAPI	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_03/2024	M2	1.216,00	4,53	BDI 1	5,55	6.748,80	RA
1.9.2.2.	SINAPI	104641	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	1.216,00	10,10	BDI 1	12,37	15.041,93	RA
1.9.3.			PINTURA ESQUADRIAS					-	17.664,71	
1.9.3.1.	SINAPI	102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	299,20	2,28	BDI 1	2,79	834,74	RA
1.9.3.2.	SINAPI	102197	PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUÍDICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	M2	299,20	27,06	BDI 1	33,14	9.915,47	RA
1.9.3.3.	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	299,20	18,87	BDI 1	23,11	6.914,50	RA
1.10.			PAVIMENTAÇÕES					-	221.053,27	
1.10.1.			CERÂMICO					-	221.053,27	
1.10.1.1.	SINAPI	87247	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_02/2023_PE	M2	336,00	73,14	BDI 1	89,57	30.095,52	RA
1.10.1.2.	SINAPI	87248	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	M2	381,99	63,59	BDI 1	77,88	29.749,37	RA
1.10.1.3.	SINAPI	87246	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE	M2	231,21	82,15	BDI 1	100,61	23.262,05	RA
1.10.1.4.	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	1.077,40	0,82	BDI 1	1,00	1.077,40	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.10.1.5.	SINAPI	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_ 01/2024	M3	107,80	198,56	BDI 1	243,18	26.214,80	RA
1.10.1.6.	SINAPI	97087	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_ 09/2021	M2	1.077,40	2,06	BDI 1	2,52	2.715,06	RA
1.10.1.7.	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_ 01/2024	M2	1.077,40	49,66	BDI 1	60,82	65.527,47	RA
1.10.1.8.	SINAPI	87745	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_ 07/2021	M2	302,60	61,73	BDI 1	75,60	22.876,54	RA
1.10.1.9.	SINAPI	87630	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_ 07/2021	M2	336,00	47,47	BDI 1	58,14	19.535,06	RA
1.11.			CARPETE					-	75.429,69	
1.11.1.			CIMENTADOS					-	29.246,84	
1.11.1.1.	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_ 09/2021	M2	322,98	0,82	BDI 1	1,00	322,98	RA
1.11.1.2.	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_ 08/2022	M3	22,61	1.044,54	BDI 1	1.279,25	28.923,86	RA
1.11.2.			RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS					-	46.182,85	
1.11.2.1.	SINAPI	98695	SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_ 09/2020	M	50,40	134,19	BDI 1	164,34	8.282,75	RA
1.11.2.2.	SINAPI	88648	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35CM. AF_ 02/2023	M	745,01	9,29	BDI 1	11,38	8.478,19	RA
1.11.2.3.	SINAPI	101965	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF_ 11/2020	M	129,99	184,81	BDI 1	226,34	29.421,91	RA
1.12.			INSTALAÇÕES					-	63.705,80	
1.12.0.1.	SINAPI	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2025	UN	40,00	12,21	BDI 1	14,95	598,00	RA
1.12.0.2.	SINAPI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2025	UN	20,00	12,21	BDI 1	14,95	299,00	RA
1.12.0.3.	SINAPI	93656	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2025	UN	20,00	14,51	BDI 1	17,77	355,40	RA
1.12.0.4.	SINAPI	93659	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2025	UN	20,00	27,43	BDI 1	33,59	671,80	RA
1.12.0.5.	Composição	93674_ADP-01	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DR, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 10/2020	UN	40,00	22,49	BDI 1	27,54	1.101,60	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.12.0.6.	SINAPI	101493	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	20,00	1.694,66	BDI 1	2.075,45	41.509,00	RA
1.12.0.7.	Composição	101873_ADP-01	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	UN	20,00	782,68	BDI 1	958,55	19.171,00	RA
1.13.			ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTORES					-	52.271,20	
1.13.0.1.	SINAPI	103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	140,00	38,88	BDI 1	47,62	6.666,80	RA
1.13.0.2.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	100,00	39,79	BDI 1	48,73	4.873,00	RA
1.13.0.3.	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	60,52	BDI 1	74,12	1.482,40	RA
1.13.0.4.	SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	200,00	41,69	BDI 1	51,06	10.212,00	RA
1.13.0.5.	SINAPI	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	120,00	47,05	BDI 1	57,62	6.914,40	RA
1.13.0.6.	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	63,64	BDI 1	77,94	1.558,80	RA
1.13.0.7.	SINAPI	91985	INTERRUPTOR PULSADOR CAMPAINHA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	38,40	BDI 1	47,03	940,60	RA
1.13.0.8.	SINAPI	91987	CAMPAINHA CIGARRA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	63,41	BDI 1	77,66	1.553,20	RA
1.13.0.9.	Composição	91947_ADP-01	SUPORTE PARAFUSADO COM ESPELHO / PLACA DE ENCAIXE 4" X 2" BAIXO (0,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	40,00	11,41	BDI 1	13,97	558,80	RA
1.13.0.10.	SINAPI	91941	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	240,00	14,84	BDI 1	18,17	4.360,80	RA
1.13.0.11.	SINAPI	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	260,00	23,92	BDI 1	29,29	7.615,40	RA
1.13.0.12.	SINAPI	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	40,00	42,43	BDI 1	51,96	2.078,40	RA
1.13.0.13.	SINAPI	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	140,00	20,16	BDI 1	24,69	3.456,60	RA
1.14.			FIOS E CABOS					-	118.388,34	
1.14.0.1.	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.957,97	3,48	BDI 1	4,26	8.340,92	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.14.0.2.	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2023	M	5.176,01	4,95	BDI 1	6,06	31.366,65	RA
1.14.0.3.	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2023	M	496,02	7,55	BDI 1	9,25	4.588,22	RA
1.14.0.4.	SINAPI	101884	CABO DE COBRE ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2025	M	518,00	11,02	BDI 1	13,50	6.993,00	RA
1.14.0.5.	SINAPI	101560	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 07/2020	M	165,97	10,46	BDI 1	12,81	2.126,11	RA
1.14.0.6.	SINAPI	91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2023	M	893,97	22,70	BDI 1	27,80	24.852,38	RA
1.14.0.7.	SINAPI	91854	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2023	M	1.165,99	12,38	BDI 1	15,16	17.676,40	RA
1.14.0.8.	SINAPI	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2023	M	441,21	9,77	BDI 1	11,97	5.281,29	RA
1.14.0.9.	SINAPI	90447	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_ 09/2023	M	1.165,99	12,02	BDI 1	14,72	17.163,37	RA
1.15.			HIDRÁULICAS / GÁS / INCÊNCIO					-	68.416,07	
1.15.1.			TUBULAÇÕES E CONEXÕES					-	20.894,74	
1.15.1.1.	SINAPI	90373	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	140,00	13,75	BDI 1	16,84	2.357,60	RA
1.15.1.2.	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	160,00	9,61	BDI 1	11,77	1.883,20	RA
1.15.1.3.	SINAPI	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	80,00	14,48	BDI 1	17,73	1.418,40	RA
1.15.1.4.	SINAPI	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	UN	160,00	7,21	BDI 1	8,83	1.412,80	RA
1.15.1.5.	SINAPI	89446	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	102,00	5,41	BDI 1	6,63	676,27	RA
1.15.1.6.	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 06/2022	M	174,00	26,61	BDI 1	32,59	5.670,67	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.15.1.7.	Composição	CPU-01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRESSURIZADOR ACOPLADO AO CHUVEIRO (TENSÃO: 127V - PRESSÃO MINIMA: 0,7MCA / PRESSÃO MÁXIMA: 2,5MCA - ENTRADA 1/2" / SAÍDA 1/2")	UN	20,00	305,21	BDI 1	373,79	7.475,80	RA
1.15.2.			REGISTROS					-	12.547,60	
1.15.2.1.	SINAPI	89985	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	20,00	76,14	BDI 1	93,25	1.865,00	RA
1.15.2.2.	SINAPI	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	60,00	79,95	BDI 1	97,91	5.874,60	RA
1.15.2.3.	SINAPI	94490	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	40,00	71,33	BDI 1	87,36	3.494,40	RA
1.15.2.4.	SINAPI	86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	80,00	13,41	BDI 1	16,42	1.313,60	RA
1.15.3.			ENTRADA / ALIMENTAÇÃO					-	12.379,33	
1.15.3.1.	SINAPI	97741	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM PVC 25 MM (3/4"), PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	20,00	170,81	BDI 1	209,19	4.183,80	RA
1.15.3.2.	Composição	104994_ADP-01	CAIXA DE EMBUTIR EM POLICARBONATO PARA ABRIGO DE HIDRÔMETRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	20,00	160,22	BDI 1	196,22	3.924,40	RA
1.15.3.3.	SINAPI	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	20,00	33,96	BDI 1	41,59	831,80	RA
1.15.3.4.	SINAPI	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	135,03	13,59	BDI 1	16,64	2.246,93	RA
1.15.3.5.	SINAPI	89446	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	60,00	5,41	BDI 1	6,63	397,80	RA
1.15.3.6.	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	40,00	9,61	BDI 1	11,77	470,80	RA
1.15.3.7.	SINAPI	89440	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	20,00	13,22	BDI 1	16,19	323,80	RA
1.15.4.			CAIXA D'ÁGUA E BARRILETE					-	22.594,40	
1.15.4.1.	SINAPI	102605	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	20,00	284,32	BDI 1	348,21	6.964,20	RA
1.15.4.2.	SINAPI	102591	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 25 MM. AF_06/2021	UN	20,00	5,00	BDI 1	6,12	122,40	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.15.4.3.	SINAPI	102593	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 32 MM. AF_06/2021	UN	40,00	5,65	BDI 1	6,92	276,80	RA
1.15.4.4.	SINAPI	94703	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	20,00	20,37	BDI 1	24,95	499,00	RA
1.15.4.5.	SINAPI	94704	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	40,00	26,86	BDI 1	32,90	1.316,00	RA
1.15.4.6.	SINAPI	94796	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	20,00	38,58	BDI 1	47,25	945,00	RA
1.15.4.7.	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	160,02	9,61	BDI 1	11,77	1.883,42	RA
1.15.4.8.	SINAPI	89413	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	80,01	13,15	BDI 1	16,10	1.288,14	RA
1.15.4.9.	SINAPI	89414	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	20,00	14,84	BDI 1	18,17	363,40	RA
1.15.4.10.	SINAPI	103953	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	40,00	7,87	BDI 1	9,64	385,60	RA
1.15.4.11.	SINAPI	89443	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	59,99	18,29	BDI 1	22,40	1.343,79	RA
1.15.4.12.	SINAPI	89445	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	20,00	19,88	BDI 1	24,35	487,00	RA
1.15.4.13.	SINAPI	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	87,99	13,59	BDI 1	16,64	1.464,12	RA
1.15.4.14.	SINAPI	89403	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	210,98	20,34	BDI 1	24,91	5.255,53	RA
1.16.			SANITÁRIAS / PLUVIAL					-	264.482,41	
1.16.1.			TUBULAÇÕES E CONEXÕES					-	190.224,41	
1.16.1.1.	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	60,00	11,05	BDI 1	13,53	811,79	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
Localidade SINAPI MANAUS	Data Base 09-25 (N DES.)	Descrição do Lote PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	Município / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.16.1.2.	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	40,00	17,11	BDI 1	20,95	837,98	RA
1.16.1.3.	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	40,04	10,84	BDI 1	13,28	531,72	RA
1.16.1.4.	SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	180,00	16,46	BDI 1	20,16	3.628,83	RA
1.16.1.5.	SINAPI	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	29,31	BDI 1	35,90	717,98	RA
1.16.1.6.	SINAPI	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	25,94	BDI 1	31,77	635,39	RA
1.16.1.7.	SINAPI	104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	44,04	BDI 1	53,94	1.078,81	RA
1.16.1.8.	SINAPI	104348	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	20,00	9,85	BDI 1	12,06	241,19	RA
1.16.1.9.	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	66,99	23,20	BDI 1	28,41	1.903,16	RA
1.16.1.10.	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	204,19	28,63	BDI 1	35,06	7.158,90	RA
1.16.1.11.	SINAPI	89798	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	M	80,01	12,47	BDI 1	15,27	1.221,78	RA
1.16.1.12.	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	675,99	39,89	BDI 1	48,85	33.022,08	RA
1.16.1.13.	Composição	98062 ADP	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,20 M, ALTURA INTERNA = 2,00 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 13,1 M² (PARA 5 CONTRIBUENTES). AF_12/2020	UN	20,00	3.367,00	BDI 1	4.123,56	82.471,20	RA
1.16.1.14.	Composição	98052 ADP	FOSSA SEPTICA CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUENTES). AF_12/2020	UN	20,00	2.284,79	BDI 1	2.798,18	55.963,60	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.16.2.			ACESSÓRIOS/CAIXAS					-	74.258,00	
1.16.2.1.	SINAPI	97906	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	100,00	524,38	BDI 1	642,21	64.221,00	RA
1.16.2.2.	SINAPI	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	51,46	BDI 1	63,02	1.260,40	RA
1.16.2.3.	SINAPI	104327	RALO SIFONADO REDONDO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	20,40	BDI 1	24,98	499,60	RA
1.16.2.4.	SINAPI	104326	RALO SECO CÔNICO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	20,00	21,33	BDI 1	26,12	522,40	RA
1.16.2.5.	SINAPI	98107	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,2X0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_12/2020	UN	20,00	316,59	BDI 1	387,73	7.754,60	RA
1.17.			APARELHOS, METAIS E BANCADAS					-	52.338,34	
1.17.0.1.	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	537,44	BDI 1	658,20	13.164,00	RA
1.17.0.2.	SINAPI	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	298,70	BDI 1	365,82	7.316,40	RA
1.17.0.3.	SINAPI	86934	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA E TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	515,59	BDI 1	631,44	12.628,80	RA
1.17.0.4.	SINAPI	86929	TANQUE DE MÁRMORE SINTÉTICO SUSPENSO, 22L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	441,95	BDI 1	541,26	10.825,20	RA
1.17.0.5.	SINAPI	100860	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	104,74	BDI 1	128,28	2.565,60	RA
1.17.0.6.	SINAPI	95546	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	20,00	196,42	BDI 1	240,56	4.811,20	RA

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
LOCALIDADE SINAPI MANAUS	DATA BASE 09-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	MUNICÍPIO / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03	
1.17.0.7.	SINAPI	100866	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00	279,56	BDI 1	342,38	1.027,14	RA
1.18.			LIMPEZA FINAL					-	13.836,25	
1.18.0.1.	SINAPI	99818	LIMPEZA DE BACIA SANITÁRIA, BIDÊ OU MICTÓRIO EM LOUÇA, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_04/2019	UN	20,00	6,05	BDI 1	7,41	148,20	RA
1.18.0.2.	SINAPI	99819	LIMPEZA DE BANCADA DE PEDRA (MÁRMORE OU GRANITO). AF_04/2019	M2	14,40	20,57	BDI 1	25,19	362,73	RA
1.18.0.3.	SINAPI	99811	LIMPEZA DE CONTRAPISO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	M2	323,00	4,32	BDI 1	5,29	1.708,67	RA
1.18.0.4.	SINAPI	99826	LIMPEZA DE FORRO REMOVÍVEL COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	M2	718,00	1,88	BDI 1	2,30	1.651,40	RA
1.18.0.5.	SINAPI	99821	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO/ALUMÍNIO/PVC. AF_04/2019	M2	80,01	3,47	BDI 1	4,25	340,06	RA
1.18.0.6.	SINAPI	99804	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	M2	949,20	6,57	BDI 1	8,05	7.641,06	RA
1.18.0.7.	SINAPI	99822	LIMPEZA DE PORTA DE MADEIRA. AF_04/2019	M2	201,60	1,23	BDI 1	1,51	304,40	RA
1.18.0.8.	SINAPI	99807	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	M2	479,40	1,98	BDI 1	2,42	1.160,13	RA
1.18.0.9.	SINAPI	99816	LIMPEZA DE TANQUE OU LAVATÓRIO DE LOUÇA ISOLADO, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_04/2019	UN	40,00	10,61	BDI 1	12,99	519,60	RA
1.19.			TRANSPORTE FLUVIAL					-	21.187,32	
1.19.0.1.	Cotação	002-MOB	Conjunto Empurrador: 250 HP Balsa: 300 a 600 Toneladas tripulação conforme normas marítimasCombustível Óleo Lubrificante Rastreamento via satélite Telefone satélite	D	2,00	8.650,00	BDI 1	10.593,66	21.187,32	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

CODAJÁS/AM
Local

Responsável Técnico
Nome: DENIS BOTELHO DA SILVA



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 00	Nº TransfereGOV 038866/2025	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS/AM	Apelido do Empreendimento PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM			
Localidade Sinapi MANAUS	Data Base 09-25 (N DES.)	Descrição do Lote PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM	Município / UF CODAJÁS/AM	BDI 1 22,47%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
PROVISÃO HABITACIONAL NO MUNICIPIO DE CODAJÁS/AM									3.001.222,03
sexta-feira, 19 de dezembro de 2025				CREA/CAU: 8473-D/AM					
Data				ART/RRT: AM20250557553					

← RECURSO

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA

PREÂMBULO:

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 04.263.331/0001-75, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, 1414, Centro CEP: 69.600-000, Codajás, neste ato representado pelo **Sr. xxxxxxxx**, xxxx, xxxxx, xxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, RG nº xxxxxx - xxx/xx, empossado em xx de xxxx de xxxx, residente e domiciliado no Município de Codajás - Amazonas a xxxx, xxxx, xxxxx, na cidade de Codajás – AM, na forma da Lei Orgânica do Município.

CONTRATATO: xxxxx, inscrita no **CNPJ: N° xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, estabelecida na xxxxxxxx, xxxx, xxxx, Cep xxxx, xxxxx-xx, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo(a) **Sr(a). xxxxxxxx**, xxxx, xxxx, xxxxx, xxxx, inscrito pelo CPF N° xxx.xxx.xxxx-xx, portador do RG N° - xxx/xx, residente e domiciliado na xxxxxxx, xxxxxxx, xxxxxxx, xxxxx - xxxxxx/xx.

Aos dias xxx de xxxxxx de xxxx, entre as partes acima qualificadas é celebrado o presente Termo de Contrato, lavrado e assinado nesta cidade de Codajás, Estado do Amazonas, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço epigrafado acima, oriundo da xxxxxx nº xxx/xxxx, tendo por objeto **À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXX**, adjudicado e homologado em xx de xxxxx de xxxx, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato a execução indireta, em **regime de empreitada por preço Global**, a Contratação de empresa especializada para execução das obras de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na forma estabelecida na planilha de quantitativos e custos, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, do edital de xxxxxxxx nº. xxxx/xxxx que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. **O regime de execução é o de empreitada por preço Global.**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo para execução do contrato será de xxx (xxxx) xxxxxa partir da emissão da Ordem de Serviço, e o prazo de vigência contratual será de xxx (xxxx) xxxxxx a contar do dia subsequente à publicação do resumo do contrato.

2.2. **Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.**

2.3. Toda alteração de prazo, seja de execução, seja contratual, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura.**

2.4. O não cumprimento dos prazos aqui previstos acarretará na aplicação das penalidades cabíveis

previstas neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida à Contratada a subcontratação da responsabilidade de execução dos serviços que são objeto deste Projeto Básico até o valor máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, desde que esses serviços não sejam considerados de maior relevância na execução do contrato, na forma do Art. 233 do Decreto nº 47.133/2023. (esta de acordo com o projeto básico)

4.2. Na eventual hipótese de pedido de subcontratação parcial, este deverá ser formalizado pela Contratada, devidamente instruído com todos os elementos necessários e indispensáveis, devendo a subcontratada atender as condições estabelecidas no edital, no que se refere à habilitação jurídica e técnica, bem como estar em dia com os documentos exigidos, hipótese em que, a critério da Contratada, poderá ser permitida a subcontratação parcial.

4.3 Não será permitida a subcontratação dos serviços principais, porquanto, somente após parecer técnico que avaliará o índice dos serviços objeto da subcontratação

4.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhes realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Secretaria Municipal de Infraestrutura pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor deste Contrato é de XXXXXXXXXXX,XXX.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A contratada deverá iniciar os trabalhos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após da data da expedição da Ordem de Serviço, expedida pela contratante.

6.2. A Ordem de Serviços à Contratada poderá ser efetivada através da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Poderá ser feito via e-mail ou qualquer outro meio de válido de comunicação.

6.3. Local de execução dos serviços serão Município de Codajás-AM conforme definido em projeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos para fazer face às despesas de execução das obras e serviços correrão por conta das seguintes dotações:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

xx.xx.xx - xxxxxxxxxx

xx.xxx.xxxx.x.xxxx – xxxxxxxxxx

Elemento de despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: xxxxxxxx

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigentes.

8.2 A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:

8.2.1. Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra **(C.N.O.)** na Receita Federal para fins Previdenciários.

8.2.2. Retenção na fonte do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

8.2.3. Retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na **Instrução Normativa RFB nº 2239, de 9 de dezembro de 2024**, e alterações e Decreto Municipal nº 4.603 de 15 de agosto de 2023.

8.2.4. A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

8.3 Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de Termo de Recebimento do Objeto.

8.4 O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício

8.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Projeto

8.6 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1 Quando ao reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento (Art. 92, Caput, V e § 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021):

9.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, tendo como data base a data do orçamento estimado;

9.1.2 Para o cálculo do reajustamento será aplicado o Índice Nacional de Custos da Construção Médio (INCC-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, utilizando a seguinte fórmula:

$R = V \times [(I_i - I_o) / I_o]$, onde:

R - Valor do Reajuste (R\$); V - Valor à Reajustar (R\$);

I_i - Índice (INCC-M) referente ao mês do reajuste;

I_o - Índice (INCC-M) referente ao mês da elaboração do orçamento estimado.

9.1.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos

efeitos financeiros do último reajuste;

9.1.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.1.5 Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.1.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

9.1.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

9.1.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

9.1.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Estabelecer rotinas e procedimentos para o cumprimento das exigências deste instrumento;

10.3 Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o planejamento e execução dos serviços que compõem o objeto da contratação;

10.4 Obter as licenças e autorizações ambientais de obras e serviços de engenharia, bem como propor as respectivas renovações e/ou retificações, quando necessário.

10.5 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida no art. 26 da Lei n.º 14.133/2021;

10.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de 1 (um) Gestor do Contrato e 1 (um) Fiscal do Contrato representante, especialmente designados ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

10.7 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.8 Garantir as condições de acesso dos empregados da Contratada nas áreas de intervenção do Objeto contratual para execução dos serviços demandados;

10.9 Assegurar que os empregados da Contratada não executem os serviços em desacordo com as condições preestabelecidas neste Projeto Básico, considerando os requisitos normativos da ABNT e das legislações vigentes pertinentes aos serviços;

10.10 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços prestados, após seu recebimento;

10.11 Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.12 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

10.13 Autorizar a emissão de Nota Fiscal/Fatura mensal pela Contratada;

10.14 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, em conformidade com as exigências legais vigentes;

10.1 5 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.1 5.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao representante legal por ela indicado;

10.15.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.15.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

10.15.4 Considerar os empregados da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.16 Arquivar contratos, aditamentos contratuais, peças gráficas, "As Built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento de serviços e notificações expedidas;

10.17 Solicitar a substituição de qualquer profissional da equipe de prestação de serviços da Contratada, inclusive o seu Responsável Técnico, que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a Gestão e/ou Fiscalização da Contratante ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas;

10.18 Aplicar as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis à Contratada, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa;

10.19 Cientificar os órgãos de representação judicial competentes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações contratuais pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 Atender integralmente às determinações e/ou obrigações dispostas neste Projeto Básico, no Edital da Licitação e no Termo de Contrato;

11.2 Manter durante toda a vigência do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas no processo da licitação;

11.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico e seus Anexos;

11.4 Possuir capacidade plena para realização de serviços concomitantes, em diferentes espaços, independentemente do porte e complexidade desses serviços, não sendo permitidas alegações subjetivas de qualquer natureza, tais como supostas dificuldades inerentes à execução dos serviços ou dificuldades na alocação e deslocamento da mão de obra;

11.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas, procedimentos e legislações vigentes;

11.6 Executar o contrato de prestação de serviços conforme as especificações deste Projeto Básico e de sua Proposta de Preços, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas, procedimentos e legislações vigentes;

11.7 Realizar todas as transações comerciais necessárias para a prestação de serviços contratados exclusivamente em seu nome e razão social;

11.8 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

11.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento das exigências contratuais.

11.10 Garantir a não veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da Contratante;

11.11 Manter arquivo com toda documentação relativa à execução dos Serviços contratados, que, quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à Contratante;

11.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordos, Convenções, Dissídios Coletivos de Trabalho ou exigências legais equivalentes de todas as categorias profissionais abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade para a Contratante;

11.14 Cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT, do Ministério da Economia, que estejam vigentes durante a execução dos serviços;

11.15 Responsabilizar-se em cumprir todas as disposições legais de âmbito Federal, Estadual e Municipal referentes à Segurança do Trabalho, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de: imperícia, imprudência ou negligência com as precauções exigidas para a execução dos serviços, ou devido à utilização de materiais e equipamentos inadequados à execução dos serviços;

11.16 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto n.º 7.203/2010.

11.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, de acordo com Arts. 45, VI; 92, XVII; 116 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 3º da Lei Estadual n.º 5.916/2022;

11.18 Não permitir e nem utilizar qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos e nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.19 Observar os preceitos da legislação competente sobre as jornadas de trabalho, conforme as categorias profissionais exigidas para a prestação de serviços;

11.20 Garantir a não vinculação, sob hipótese alguma, do pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela Contratante, considerando que o atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentadas pela Legislação Trabalhista;

11.21 Observar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços que compõem o objeto da contratação;

11.22 Observar as exigências normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de legislações vigentes aplicáveis ao objeto de contratação para aferição e garantia da aplicação de requisitos

mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança de materiais e serviços;

11.23 Garantir que não realizará transferência de execução total ou parcial de serviços contratados para terceiros ou subcontratar quaisquer serviços a que está obrigada a executar, sem a expressa autorização da Contratante;

11.24 Emitir a Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços executados durante o mês de referência, anexando a documentação complementar exigida no Termo de Contrato;

11.25 Responsabilizar-se por toda a gestão da mão de obra necessária para realização dos serviços contratados, disponibilizando equipes de profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e legislações pertinentes em vigor;

11.26 Responsabilizar-se diretamente por todos os documentos produzidos e por todas as ações e omissões de seus colaboradores, no exercício de suas atribuições, que venham a resultar em prejuízo ao erário, nos termos do art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

11.27 Utilizar equipamentos, ferramentas, utensílios, peças, acessórios, materiais e insumos de primeira qualidade e em perfeito estado de uso e conservação, devendo mantê-los em perfeitas condições de funcionamento e com todos os dispositivos de segurança inerentes ao seu pleno funcionamento e boas condições de uso, de modo a evitar acidentes e prejuízos à infraestrutura existente do objeto;

11.28 Disponibilizar os equipamentos, ferramentas, utensílios, peças, acessórios, materiais e insumos necessários para execução dos serviços de acordo com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

11.29 Fornecer uniforme, crachá de identificação, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) para todos os profissionais responsáveis pela execução de serviços que compõem o objeto da contratação, considerando as exigências das legislações vigentes de Infraestrutura, higiene e segurança do trabalho e das obrigações estabelecidas pela Contratante.

11.30 Assegurar o fornecimento de equipamentos, ferramentas e instalações para os profissionais da empresa, em condições adequadas ao cumprimento das normas de Infraestrutura, segurança e bem-estar no trabalho;

11.31 Promover a guarda, manutenção e vigilância de equipamentos, ferramentas, utensílios, peças, acessórios, materiais, insumos e tudo o que for necessário para a execução dos serviços, durante a vigência do contrato;


11.32 Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à Contratante ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas edificações, instalações físicas, ambientes internos e áreas externas de instituições, entidades e órgãos do Governo Estadual, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

11.33 Assumir a responsabilidade de pagamentos para deslocamento, traslado e hospedagem das equipes de profissionais, como também para transporte e movimentação de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, utensílios e equipamentos necessários para execução dos serviços, inclusive em caso de paralisação de serviços de transporte público;

11.34 Informar previamente à Contratante, para efeito de controle interno de acesso às suas edificações, ambientes e instalações do objeto licitado, o nome completo, número de registro de identidade e CPF de todos os profissionais que serão responsáveis pela execução dos serviços contratados, que deverão atender, dentre outras exigências, os seguintes requisitos mínimos;

11.35 Ter qualificação profissional para o exercício pleno das atividades a serem executadas;

11.36 Orientar os seus empregados para se manterem sempre limpos, asseados e devidamente



uniformizados, além de identificados por crachá e Utilizando os Equipamentos de Proteção Individual – EPI quando estiver prestando serviços no objeto de contratação;

11.37 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou pelo Gestor/Fiscal do Contrato, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, às áreas de intervenção, bem como aos documentos relativos à execução do objeto da contratação;

11.38 Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.39 Garantir que não realizará transferência total ou parcial da execução de serviços que compõem o objeto da contratação para terceiros ou subcontratar quaisquer serviços a que está obrigada a executar, sem a expressa autorização da Contratante;

11.40 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nas respectivas prestadoras de serviços públicos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, águas pluviais, energia elétrica e de comunicação;

11.41 Manter a execução dos serviços contratados nos horários fixados pela Contratante;

11.42 Assegurar que a prestação de serviços possa causar o mínimo de transtorno possível às vias de acesso e às atividades realizadas nas áreas de uso comum e nas instalações e componentes operacionais de infraestrutura, bem como, gerar o mínimo de perturbação a qualquer bem público ou privado, que sejam adjacentes aos locais onde serão executados os serviços, com a utilização de sinalização e/ou isolamento das áreas de intervenção;

11.43 Proteger o mobiliário urbano, instalações e equipamentos existentes no local de realização dos serviços utilizando lonas ou outros materiais adequados, devidamente presos e vedados com fitas adesivas e cordas, de forma a se evitar a ocorrência de danos e aparecimento de sujeiras, sem que essas atividades impliquem acréscimo nos preços de execução dos serviços;

11.44 Realizar a limpeza completa e retirada de entulhos em todos os locais onde ocorreram a prestação de serviços, devendo essa limpeza ser executada durante a execução das atividades dos profissionais e após o término das intervenções;

11.45 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para sua análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam à especificações exigidas para execução dos serviços;

11.46 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou de bens de terceiros;

11.47 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto da contratação, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente à Administração Pública em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos ou prejuízos sofridos;

11.48 Responsabilizar-se pelos prejuízos decorrentes de incorreções, falhas ou defeitos na execução dos serviços e/ou utilização de materiais e insumos, mesmo após o recebimento provisório ou definitivo dos serviços pela Contratante.

11.49 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.50 Substituir, imediatamente, por solicitação da Fiscalização da Contratante, todos os materiais, insumos, peças, acessórios, ferramentas, utensílios e equipamentos que apresentarem baixa qualidade, rendimentos insatisfatórios, quebras, falhas, anomalias e/ou defeitos durante a execução dos serviços, sem que lhe

caiba direito de reclamação ou indenização pelas respectivas ocorrências.

11.51 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos prazos fixados pela Fiscalização do Contrato, nos casos em que ficarem comprovados o descumprimento das obrigações relativas à prestação de serviços ou cuja atuação, permanência e/ou comportamento durante a execução de um serviço sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios:

11.51.1 No caso de solicitação de substituição dos responsáveis técnicos da Contratada, será fixado o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para atender a substituição;

11.51.2 Para a solicitação de substituição de qualquer outro profissional da Contratada durante o período de vigência contratual, será fixado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atender a substituição;

11.51.2 Caso a Contratada não atenda aos prazos fixados pela Contratante para substituição de seus profissionais, estará sujeita a multas e sanções contratuais;

11.51.4 Os profissionais substituídos não poderão ser enviados para atendimento de outros serviços durante o período de vigência contratual.

11.52 Providenciar junto ao CREA/AM a anotação de Responsabilidade Técnica referente ao objeto do contrato, nos termos das normas e legislações pertinentes, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, após a publicação do extrato de contratação no DOE/AM, para o cumprimento desta obrigação.

11.53 Apresentar à Contratante, em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato de contratação no DOE/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Responsável Técnico, devidamente registrado junto ao CREA/AM.

11.54 Prover meio de comunicação de telefonia celular para o Responsável Técnico, às suas expensas, a fim de viabilizar o contato permanente, durante o período de vigência contratual

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes do Art.96 da Lei 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia.

12.2.2 Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Prestador de Serviço”, representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante.

12.2.3 Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.3 O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133:

12.3.1 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

12.3.2 O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.4 Nas contratações, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.5 Tal percentual se justifica em razão da complexidade técnica que envolve este tipo de objeto, bem como, dos riscos envolvidos. Pois, de acordo com o disposto no Acórdão 1079/2019 – TCU – Plenário, 37,5% das obras auditadas em 2019 estavam paralisadas, quantitativo esse absolutamente desproporcional

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

13.1. Havendo necessidade de contratação de mão de obra para a execução do objeto do presente Contrato, a CONTRATADO deverá efetuar a sua captação por intermédio do Sistema Nacional de Emprego - SINE/AM.

13.2. O CONTRATADO deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação correlata, inclusive para mulheres em situação de violência doméstica e familiar e egressos do sistema prisional, conforme arts. 25, § 9º e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que o edital assim o exigir.

13.3. O CONTRATADO deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere o item 6.2, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme art. 116, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 135 da Lei Promulgada Estadual nº 241/2015.

13.4. O CONTRATADO deverá comprovar a adoção de mecanismos para garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, com graus de instrução iguais ou equivalentes, em conformidade com o procedimento previsto na Lei Estadual nº 5.185/2020.

13.5. O CONTRATADO não utilizará qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem do menor de dezoito anos em horário noturno, ou em condição perigosa ou insalubre

13.6. O CONTRATADO não contratará, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro, ou qualquer parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o segundo grau, de Secretário de Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, como prestador de serviços ou produtos, nos termos da Lei Estadual nº 5.311/2020.

13.7. O CONTRATADO não contratará, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

14.1 Em caso de inexecução total ou parcial execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual o CONTRATADO, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.:

14.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12 Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

14.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item 6.8 e seus subitens, as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.3. A sanção de Advertência, prevista no subitem 14.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 14.1.1 qual seja a de dar causa à inexecução parcial do contrato.

14.4. A sanção de Multa, prevista no subitem 14.2.2. será aplicada, conforme disposto no art. 156, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/2021, da seguinte forma:

14.4.1. Multa de 10% (dez por cento) do valor total contratado quando a infração for a prevista no subitem 14.1.1 qual seja a de dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.4.2. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total contratado quando a infração for a prevista no subitem 14.1.2. qual seja a de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.4.3. Multa de 30% (trinta por cento) do valor total contratado quando a infração for a prevista no subitem 14.1.3. qual seja a de dar causa à inexecução total do contrato;

14.4.4. Multa de até 5% (cinco por cento) do valor total homologado quando a infração for a prevista no subitem 14.1.4. qual seja a de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.4.5. Multa de até 5% (cinco por cento) do valor total homologado quando a infração for a prevista no subitem 14.1.5. qual seja não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.4.6. Multa de até 10% (dez por cento) do valor total adjudicado a ser contratado, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.6. qual seja a de não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.4.7. Multa de até 10% (dez por cento) do valor total contratado, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.7. qual seja a de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.4.8. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total de referência da licitação ou valor total contratado, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.8. qual seja a de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.4.9. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total de referência da licitação ou valor total contratado, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.9. qual seja a de fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.4.10. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.10. qual seja a de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.4.11. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total de referência da licitação, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.11., qual seja a de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.12. Multa de até 20% (vinte por cento) do valor total de referência da licitação, quando a infração for a prevista no subitem 14.1.12. qual seja a de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

14.5. A sanção prevista no subitem 14.2.3. qual seja o impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, observadas as seguintes situações:

14.5.1. Pelo prazo de até 6 (seis) meses quando a Licitante ou Contratada deixar de entregar proposta de preços ou documentação;

14.5.2. Pelo prazo de até 12 (doze) meses quando:

14.5.2.1. Quando a Licitante não mantiver a proposta para o certame, quando encerrada a etapa competitiva, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.5.2.2. Quando a Contratada ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.5.3. Pelo prazo de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses quando:

14.5.3.1. Quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.5.3.2. Quando a Contratada der causa à inexecução total do contrato;

14.5.3.3. Quando a Licitante não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.6. A sanção prevista no subitem 14.2.4. qual seja a declaração de inidoneidade, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, e será aplicada conforme as seguintes situações:

14.6.1. Apresentar declaração ou documentação falsa ou com informações inverídicas destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original exigida para o certame ou a execução do contrato;

14.6.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.6.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.6.3.1. Considera-se comportamento inidôneo:

14.6.3.1.1. Praticar atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, ou a indução deliberada a erro de julgamento.

14.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

14.6.7. As sanções previstas nos subitens 14.2.1., 14.2.3 e 14.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 14.2.2.

14.6.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.6.9. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de

condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

14.6.10. A aplicação das sanções previstas nos subitens 14.2.1., 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista a seguir:

14.6.11.1. Atraso no início da execução - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total contratado por dia de atraso, até o décimo quinto dia, contado da data de emissão da Ordem de Serviço (OS). A partir do décimo quinto dia a Contratante poderá considerar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da extinção unilateral da avença.

14.6.11.2. Atraso na execução parcial do objeto - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total contratado por dia de atraso, até o décimo quinto dia, contado da data prevista para conclusão e entrega da etapa constante na Ordem de serviço (OS).

14.6.11.3. A partir do décimo quinto dia a Contratante poderá considerar inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da extinção unilateral da avença.

14.6.12. Os procedimentos de responsabilização administrativa, que possa resultar na aplicação das sanções administrativas previstas no item 14.4. e seus subitens, obedecerão aos ditames do da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Estadual n.º 47.133/2023.

14.6.13. O procedimento de responsabilização administrativa será precedido de processo administrativo simplificado.

14.6.14. As infrações administrativas cometidas no curso do certame licitatório serão aplicadas pelo Órgão competente em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

14.6.15. As notificações, inclusive de abertura, no curso do processo administrativo serão efetuadas por meio do endereço eletrônico, sendo dever do licitante manter atualizado o seu cadastro, não podendo alegar o desconhecimento das comunicações como justificativa para se eximir das responsabilidades administrativas ou eventuais sanções aplicadas.

14.6.16. As infrações administrativas praticadas após a adjudicação do certame ou no âmbito contratual serão aplicadas pela autoridade competente do Contratante que comunicará ao órgão Competente, em até 05 (cinco) dias, a ocorrência da publicação da penalidade, nos termos do Decreto Estadual n.º 47.133/2023.

14.6.17. A infração administrativa que configure ato lesivo previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013, será investigada no mesmo processo, observado o procedimento previsto no Decreto Estadual n.º 37.770/2017 – Estabelece procedimentos regulatórios para a execução, no âmbito do Estado do Amazonas, da Lei Federal n.º 12.846/2013;

14.6.18. Os procedimentos serão realizados na forma eletrônica, para autuação, produção, tramitação e consulta de processos administrativos eletrônicos, no âmbito da Administração.

14.6.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

14.6.20. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

14.6.21. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurando-se ao CONTRATADO a prévia e ampla defesa na via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

15.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

15.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato

15.5.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3 Indenizações e multas.

15.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido



à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o extrato do contrato e seus aditamentos, no Diário Oficial Eletrônico do Estado Amazonas, incluir o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Portal da Transparência do Município (edital, avisos, atas, resultado), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, além de ficar disponível no portal Licitanet (www.licitanet.com.br).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro de Codajás/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CODAJÁS - AM, xxx de xxxx de xxxx.

Xxxxxxxxxx

Prefeito Municipal de Codajás Contratante

xxxxx

CNPJ: N° xx.xxxx.xxxx/xxxx-xx

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome	Nome
CPF nº	CPF nº

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA

Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, para os devidos fins, que visitei o local onde será executado o objeto da licitação, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da **Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx**, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório referente a **Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx**, **sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.**

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Codajás/AM,de de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

** Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local onde será executado o objeto da licitação, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto da **Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx**.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório referente a **Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx**, **sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto**.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Codajás/AM,de de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

** Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

Concorrência Eletrônica N.º. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, que a esta empresa que possui pessoal técnico disponível para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, fazendo parte da equipe:

I)(....) profissional formado em engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

II)() encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível

com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços.

Codajás/AM,de..... de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

** Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS INDICADOS

Concorrência Eletrônica N.º. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, que o(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) n.º _____ e inscrito(a) no CREA/CAU _____ sob o n.º _____ é o(a) nosso(a) indicado(a) como Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação em apreço.

Codajás/AM,de de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

* *Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS

Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- a) sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- c) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial o percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação;
- d) que recebeu todos os documentos pertinentes à Concorrência supracitada e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações para o cumprimento das obrigações desta licitação
- e) sob as penas da lei, que se compromete a contratar os profissionais indicados, conforme Equipe Técnica apresentada;
- f) declara que tem conhecimento do local onde serão executadas as obras;
- g) Declara que em sua que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo
- h) Declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
- i) nos termos do artigo 429 e seguintes da Consolidação declara que conhece e que aceita todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos.

Codajás/AM,de..... de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

* *Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

ANEXO VIII - MODELO DE CARTA PROPOSTA DA LICITANTE

Concorrência Eletrônica Nº. xxxxx/20xx OBJETO: [descrição do objeto]

Eu, [representante Legal devidamente qualificado] da empresa [nome da empresa licitante], sediada à [endereço completo da sede], telefone [número], e-mail [endereço de e-mail], tendo examinado o Edital, vem apresentar a proposta para execução dos serviços nele referidos, no valor de R\$....().

Outrossim, declara que:

- a) Esta proposta compreende todas as despesas diretas e indiretas, tais com: mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
- b) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 90 (noventa) dias, contado da data final prevista para sua entrega;
- c) Que os serviços serão executados no prazo de [prazo do edital] meses, a contar da emissão da ordem de serviço;
- d) Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital;

Declaramos que os serviços serão executados em conformidade com a planilha de quantitativos e preços do Órgão Solicitante, especificações e demais elementos

Codajás/AM,de..... de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

** Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

